



INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE

EXERCENDO POLÍTICAS DE INVISIBILIDADE: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL
DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO E SAÚDE DO HOMEM NEGRO NO
BRASIL

THAMIRES GONÇALVES PINTO

2023

THAMIRES GONÇALVES PINTO

EXERCENDO POLÍTICAS DE INVISIBILIDADE: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL
DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO E SAÚDE DO HOMEM NEGRO NO
BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (Icict), para obtenção do grau de Mestre em Informação e Comunicação em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento.

Rio de Janeiro
2023

Gonçalves Pinto, Thamires.

Exercendo políticas de invisibilidade: uma análise interseccional das relações entre comunicação e saúde do homem negro no Brasil. / Thamires Gonçalves Pinto. - Rio de Janeiro, 2023.

92 f.

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, 2023.

Orientador: Igor Pinto Sacramento.

Bibliografia: f. 82-92

1. Racismo. 2. Política de Saúde. 3. Saúde do Homem. 4. Masculinidade. 5. Estudos de Gênero. I. Título.

THAMIRES GONÇALVES PINTO

**EXERCENDO POLÍTICAS DE INVISIBILIDADE: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNICAÇÃO E SAÚDE DO
HOMEM NEGRO NO BRASIL**

Aprovado em ____ de _____ de _____ .

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Igor Pinto Sacramento

Prof. Dr. Julio César Alcântara dos Santos Sanches de Souza

Prof. Dr. Daniela Muzi

AGRADECIMENTOS

Na filosofia em que acredito, a energia masculina é tão fundamental quanto a feminina, por isso, gostaria que o presente trabalho não referenciasse somente as mulheres que foram minha rede de apoio durante esse processo, como dona Maria, minha mãe, mas que tivesse um espaço dedicado a todos aqueles que contribuíram não só com a pesquisa, mas também com a minha trajetória pessoal e espiritual.

Aos homens não acadêmicos que são, por vezes, escanteados e esquecidos em nosso meio. Ao José Luiz, Marcos, Raphael, Douglas e Denzel, por serem, em vida ou além dela, parte fundamental desta família e por moldarem a minha percepção sobre a presença masculina na minha construção enquanto mulher, filha, irmã, esposa e futura mãe.

Ao Giann e ao Matheus, minhas melhores lembranças de infância e adolescência. Agradeço ao Rennan por todos os momentos de alegria, choro e apoio, além todas as mensagens animadoras e acolhedoras desde a graduação. A você, meu amigo, que fez com que essa vontade de entender mais sobre a saúde masculina e as masculinidades crescesse em mim, só tenho a desejar que esse ciclo de dor possa se encerrar com boas notícias.

À minha ancestralidade e meus guias, me faltam palavras para expressar o quão grata eu sou por tê-los comigo em todos os momentos, principalmente nos de aflição. Viver a pesquisa e outros papéis ocupacionais simultaneamente foi viver um constante voo em que a turbulência era uma constante e, em meio a isso, quando pedi por socorro, foram as almas que me ajudaram.

Sempre que você tem um barril de pólvora racial deitado no seu colo, você tem mais problemas do que se você tivesse um barril de pólvora atômica deitado no seu colo. Quando o barril de pólvora racial explode, não interessa quem seja, ele derruba do caminho. Entenda isso, ele é perigoso. (Malcom X, 1964, traduzido por Nascimento Neto, 2019, p.352)

RESUMO

A presente Dissertação tem como objetivo iniciar um debate acerca da ausência de políticas de comunicação em saúde e dos estudos concernentes à saúde do homem negro. Para tanto, verifica-se a ocorrência das discussões de gênero no contexto do Sistema Único de Saúde, com ênfase em ações que fazem parte do escopo da saúde pública e coletiva, como a Política de Saúde Integral da População Negra e a Política Nacional de Saúde do Homem. Nessa perspectiva, torna-se fundamental a apuração dos conceitos de “masculinidade hegemônica” e “masculinidades subalternizadas” para que seja possível, então, compreender o advento e a localização no imaginário social das masculinidades negras. Isto posto, intui-se verificar suas especificidades enquanto grupo social, de modo a localizá-lo no âmbito das disputas de poder que, atravessadas pelo racismo, pelo sexismo e pelo classicismo, conferem a esses sujeitos o esquecimento nas ações de saúde de organizações de promoção de políticas públicas, contribuindo, assim, com a ocorrência dos fenômenos da Necropolítica, apresentada por Mbembe, do Racismo Estrutural, conceituado por Silvio de Almeida e, principalmente, do Genocídio do negro brasileiro proposto por Abdias do Nascimento. Foi, portanto, realizada a coleta de dados por meio do levantamento nos acervos do Portal de Periódicos da CAPES e do Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde da Vídeosaúde. Desse modo, analisou-se, de forma crítica, os itens que estivessem em coerência com o tema da promoção à saúde do homem negro brasileiro e que pudessem levar à compreensão dos esforços realizados para alcançar esse grupo. Os resultados obtidos por meio do levantamento demonstram, porém, uma grande lacuna na produção acadêmica sobre o tema. Com isso, a pesquisa foi redesenhada, pautando-se na Metodologia da Problematização de Berbel e na análise de dados. Desse jeito, buscou-se compreender – com base na experiência da construção da pesquisa – como a saúde do homem negro é vista pela saúde pública brasileira. Constatou-se, assim, a negligência e a ausência de propostas de soluções a fim de corrigir as problemáticas existentes. Além disso, evidenciou-se o potencial das ferramentas de busca, que contribuem com a invisibilização de dados étnicos minoritários e os efeitos deletérios causados pela interseccionalidade entre raça, gênero e classe em um país que celebra a falácia da democracia racial.

Palavras-chave: Racismo; Política de Saúde; Saúde do Homem; Masculinidade; Estudos de Gênero.

ABSTRACT

This Dissertation aims to initiate a debate about the absence of communication policies in health and studies concerning the health of black men. To this end, there are gender discussions in the context of the Unified Health System, with an emphasis on actions that are part of the scope of public and collective health, such as the Comprehensive Health Policy for the Black Population and the National Health Policy of Man. From this perspective, it is essential to investigate the concepts of “hegemonic masculinity” and “subalternized masculinities” so that it is possible, then, to understand the advent and location of black masculinities in the social imaginary. That said, it is intuited to verify their specificities as a social group, in order to place them within the scope of power disputes that, crossed by racism, sexism and classicism, give these subjects the oblivion in the health actions of health organizations. promotion of public policies, thus contributing to the occurrence of the phenomena of Necropolitics, presented by Mbembe, and Structural Racism, conceptualized by Silvio de Almeida and, mainly, the Genocide of the Brazilian black proposed by Abdias do Nascimento. Therefore, data collection was carried out by means of a survey in the collections of the CAPES Journal Portal and the VideoSaúde Audiovisual Resources Bank in Health. In this way, items that were consistent with the theme of promoting the health of black Brazilian men and that could lead to an understanding of the efforts made to reach this group were critically analysed. The results obtained through the survey demonstrate, however, a large gap in academic production on the subject. With that, the research was redesigned, based on Berbel's Problematization Methodology and data analysis. In this way, we sought to understand – based on the experience of building the research – how the health of black men is seen by Brazilian public health. Thus, negligence and the absence of proposed solutions to correct the existing problems were verified. In addition, the potential of search tools was evidenced, which contribute to the invisibility of minority ethnic data and the deleterious effects caused by the intersectionality between race, gender and class in a country that celebrates the fallacy of racial democracy.

Keywords: Racism; Health Policy; Men's Health; Masculinity; Gender Studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Arco de Maguerez	53
Figura 2 – Interface da busca avançada da plataforma do Portal de Periódicos da CAPES....	58
Figura 3 – Organograma do processo de revisão identificando o número de itens restantes pós cada etapa segundo os critérios de elegibilidade	59
Figura 4 – Interface da plataforma interativa da BRAVS	66
Gráfico 1 – Taxas de homicídios em 2018 comparativas entre homem negro e homem não negro e mulher negra e mulher não negra	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Resultado da busca utilizando os termos com e sem a inserção do recorte étnico-racial	60-61
Tabela 02 – Resultados da busca utilizando os termos com recorte étnico-racial	62
Tabela 03 – Artigos localizados segundo seus autores, título, revista e idioma	62
Tabela 04 – Conteúdo apresentado pelos artigos analisados integralmente	63
Tabela 05 – Resultado busca na BRAVS utilizando os assuntos de forma individual	67-68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BRAVS	Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde
CAPES	Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DDS	Determinantes Sociais da Saúde
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DOAJ	Directory of Open Access Journals (DOAJ).
FNB	Frente Negra Brasileira
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICICT	Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
M/C	Modernidade/Colonialidade
MNU	Movimento Negro Unificado
MS	Ministério da Saúde
PNAISH	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPGICS	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
SBMFC	Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ONDE ESTÃO OS NEGROS NA SAÚDE DO HOMEM?	21
2.1. A saúde negra no brasil e a necessidade trazer os homens para o centro da discussão.....	21
3. A MASCULINIDADE SOB A ÓTICA FEMINISTA E PELAS LENTES DECOLONIAIS: COMO ESTAMOS LENDO OS HOMENS NEGROS	31
3.1. Estudos feministas.....	33
3.2. Estudos decoloniais	38
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	48
4.1. Problematizando a construção metodológica	50
4.1.1. Resignificando a pesquisa.....	51
4.2. O novo desenho da investigação	52
5. IMPACTOS NA PESQUISA	55
5.1. Apontamentos sobre o funcionamento da busca avançada do Portal de Periódico da Capes	55
5.2. Brechas no processo de busca no repositório da VídeoSaúde.....	63
5.3. Como a construção de ferramentas de busca contribui para a política de invisibilidade	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o país que apresenta a maior concentração de indivíduos autodeclarados pretos e pardos – compondo, assim, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra mais expressiva – fora do continente africano. Cabe dizer, porém, que esse recorte populacional historicamente obtém os mais baixos indicadores que constituem o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), dentre eles estão: os indicadores de acesso à saúde, trabalho e desemprego, remuneração salarial, acesso à educação e à escolaridade.

Isto posto, adicionado à desagregação por raça e gênero, os indivíduos negros do sexo masculino representam a maioria negligenciada quando analisados os campos que se referem aos direitos básicos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como: direito à moradia, educação, trabalho e a vida (BRASIL, 2009; IBGE, 2019; SMS, 2020).

Com esses dados em evidência e após décadas de movimentação popular e lutas lideradas pelo Movimento Negro Unificado (MNU) (GOMES, 2019), esse grupo populacional passou a ser incluído como parte de um objeto de intervenção em políticas públicas e sociais. Cita-se, por exemplo, as ações afirmativas nos processos seletivos para o acesso ao ensino superior em Universidades Federais e as políticas focais em saúde como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), ambas medidas de 2007.

Essas ações foram – e ainda são – necessárias, então, quando consideramos o processo da história da população negra brasileira desde a sua chegada por meio do sequestro e do tráfico negreiro, avançando para a dissolução das humanidades e subjetividades desses sujeitos pelos procedimentos de escravização que geram contínuos efeitos deletérios.

A escravização atuou como uma ferramenta do colonialismo efetuando a subjugação da raça pelo homem universal – isto é, o europeu – e, por conseguinte, pelo neocolonialismo, durante a primeira grande crise do capitalismo, em 1873, que subsidiou a invasão e desestruturação dos territórios africanos (ALMEIDA, 2019). Assim sendo, “ideologicamente, o neocolonialismo assentou-se no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam fadados à desorganização política e ao subdesenvolvimento” (ALMEIDA, 2019, p. 20).

Diante disso, torna-se fundamental que a construção dessa discussão seja calcada na afirmação de que o racismo atravessou – e ainda atravessa – diretamente a vivência de pessoas negras residentes no continente africano e em suas diásporas.

Almeida (2019) apresenta o racismo como uma forma sistemática de discriminação fundamentada na raça, manifestada em práticas discriminatórias sistemáticas, conscientes ou inconscientes, que resultam em desvantagens ou privilégios para sujeitos de determinados grupos raciais.

Com isso, trago a definição de racismo e as especificidades do racismo institucional e do racismo estrutural para que seja possível compreender como o Estado e a economia influenciam sobre a saúde de indivíduos negros.

A respeito do racismo institucional, Almeida (2019) discorre que o conceito não se resume aos comportamentos individuais, trata-se do resultado do funcionamento das instituições e de seus respectivos poderes. Dessa forma, eles atuam em uma dinâmica que confere, mesmo que de forma indireta, desvantagens e privilégios a determinados grupos com base no aspecto racial (ALMEIDA, 2019).

Hamilton e Ture (1967) alertam sobre o potencial destrutivo dessa vertente, visto que ela se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, além disso, porque, por assim se organizar, recebe uma menor condenação pública.

O estudo de López (2012) se apoia em outros pesquisadores (ANJOS, 2004; GUIMARÃES, 2005) para argumentar sobre a potencialidade que há em discutir políticas de saúde por intermédio da concepção do racismo institucional, uma vez que nos permite examinar o sistema de correlações de força que atuam sob o pressuposto da biopolítica de seleção e da proteção do segmento branco em comparação aos segmentos não brancos da população, a partir da existência de mecanismos que geram desigualdades ligadas à educação escolar, à seletividade do mercado de trabalho, à pobreza, às condições de saúde e outros.

Em relação à concepção de racismo estrutural, Almeida (2019) afirma que o racismo é decorrente de nossa própria estrutura social, ou seja, do modo que fomos habituados a constituir as relações políticas, econômicas, jurídicas e interpessoais, não se configurando como uma patologia social ou um possível desarranjo institucional:

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p. 30)

Ao adotar, na presente investigação, como norteador os conceitos de racismo estrutural e de interseccionalidade entre os espectros de raça, classe e gênero, faz-se necessário, também,

considerar como um dos problemas centrais as disparidades que surgem ao considerar como os homens brasileiros acessam os serviços de saúde.

Uma das problemáticas relacionadas a isso é que ainda não superamos a crença do homem como um ser invencível, pela credibilidade em sua força e certeza do não adoecimento desses seres, atrelando, desse modo, o cuidado com a prevenção e manutenção em saúde um comportamento culturalmente apontado como essencialmente feminino (MOZER e CÔRREA, 2014).

Em busca de compreender as complexidades envolvidas quando pensamos o campo Saúde do Homem, fez-se necessário recorrer aos autores que já haviam refletido sobre as especificidades que estão incutidas no debate sobre as divergências no cuidado em saúde entre o público feminino e masculino.

Uma das questões basilares para pensarmos as demandas trazidas por esse campo é expressa por Mozer e Côrrea (2014) ao afirmarem que a marginalização dos homens, no que compete ao acesso aos serviços de saúde, tem uma importante relação na cultura de gênero.

Partir dessa ideia é, pois, apoiar-se nos pressupostos de que a cultura de gênero está calcada em um sistema patriarcal que impõe ao homem a figura do ser inabalável e que, por isso, ele não necessita de assistência ou cuidado e, também, nas políticas sociais, em maioria geradas a partir do movimento feminista, que obtiveram grandes resultados na disseminação dos cuidados com a saúde feminina, algo esperado ao considerar que a mulher é o sujeito do feminismo.

Para exemplificar, quando pensamos no grupo social das mulheres e os avanços obtidos nesse contexto ao longo das décadas, podemos perceber a existência de ações voltadas a esse público nos cartazes e campanhas de comunicação do Ministério da Saúde (MS) de educação em saúde, como aquelas voltadas à prevenção do câncer de mama, do câncer de colo de útero e a respeito do aleitamento materno. Em contrapartida, conforme é percebida a ausência desses dispositivos endereçados ao público masculino, reforça-se o distanciamento desses indivíduos da atenção em saúde e, conseqüentemente, tem-se um desconforto por parte da população masculina que não se vê pertencente aos espaços de saúde e cuidado, concebidos, como já dito, culturalmente como ambientes femininos.

Consonante a isso, figura a pouca discussão sobre as masculinidades nos estudos de gênero que trazem o homem comumente como objeto, limitando as reflexões a somente o contraponto do corpo e da autonomia das mulheres. Assim, as necessidades do público masculino vêm sendo negligenciadas, principalmente no âmbito da saúde (SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005. MINAYO; MENEGHEL; CAVALCANTE, 2012).

Historicamente, os estudos de gênero centram-se nas investigações direcionadas à vivência cisgênero feminina, explorando pouco as demais possibilidades (SCHRAIBER; GOMES; COUTO, 2005; MOZER e CÔRREA, 2014). Com isso, a construção de dados e ações permeiam somente os referenciais de mulheres cisgênero, dificultando e limitando os achados referentes à população masculina, principalmente, de homens cisgêneros ou transgêneros racializados.

A principal problemática aqui fica evidente ao considerarmos o fato de que a formulação e aplicação de diretrizes para políticas públicas focais efetivas dependem diretamente de dados populacionais. A construção desses recursos permanecerá comprometida enquanto não houver uma mudança prática de paradigmas epistemológicos. É nesse ponto, pois, que minha história e motivação intrínseca se unem e começam a gestar a ideia central do presente projeto de pesquisa. Sou uma mulher negra cisgênero, que sempre pertenceu à classe popular e trabalhadora, assim como os meus familiares. Ao longo da vida, fui uma das poucas mulheres da minha geração familiar, o que fez com que eu estivesse sempre próxima aos homens, principalmente homens negros.

Fui gerada a partir de uma mulher negra de pele escura e um homem negro retinto. Desde os meus três meses de vida, todavia, passei a ser a “filha emprestada” de um homem negro de pele um pouco mais escura do que a minha. Ambos os pais sempre estiveram imersos em trabalho, principalmente aquele me criou, tendo passado a maior parte de sua vida no ofício de pedreiro. Dele, recordo-me de um único momento, já adulta, em que pude ouvir a frase “me desculpa, eu te amo”. Do que me concebeu, não me recordo, no entanto, de quaisquer demonstrações afetivas.

Não os culpo, pelo contrário, compreendo que, por serem aproximadamente 30 anos mais velhos do que eu, cresceram e foram educados segundo os padrões de gênero que, aos homens, pouco ensinavam sobre como serem pais para além das obrigações financeiras para a manutenção da vida da criança.

Cresci ao entorno do meu irmão, dos meus primos e amigos, a maioria deles negros e, por uma escolha político-afetiva, há alguns anos optei por restringir meus empenhos amorosos às pessoas negras, o que resultou em um relacionamento com um homem negro de pele escura que construiu sua trajetória de forma distinta à minha e mais similar aos homens que me cercavam. Conto nos dedos quais foram os que conseguiram completar o ensino médio e afirmo que somente um acessou o ensino superior.

As diferentes conjunturas de suas vidas são, pois, interligadas por marcadores comuns: órfãos que perderam seus familiares de forma prematura devido às dificuldades de acesso aos

serviços de saúde e/ou violência; jovens que se criaram sozinhos enquanto iniciavam suas vidas profissionais em concomitância ao início da puberdade; homens que, em sua maioria, acreditam que buscar cuidados em saúde, principalmente em saúde mental, é reflexo de uma emasculação, porque nunca se viram como centro dessas ações, muito menos compreenderam que alguns de seus vícios são frutos da constante violação de direitos que sofreram/sofrem.

Como adulta, ao longo do meu processo de graduação e de construção de conhecimento teórico e prático por meio de projetos e estágios, deparei-me com uma realidade em que os profissionais de saúde, mesmo após anos de carreira profissional e acadêmica, não sabiam nem os fundamentos da prática voltada para a Saúde do Homem.

Essa realidade fez com que eu buscasse cada vez mais capacitações de formação continuada. Nesse cenário, percebi que, se continuasse nesse rumo, tornaria-me uma especialista em Saúde do Homem e da população trabalhadora a partir de uma base curricular epistemológica que se recusa a atribuir o substantivo “homem” sem conjugar o verbo “trabalhar” em uma mesma sentença.

A título de exemplificação, ao lançar mão do recurso de consulta no sistema e-MEC, a base de Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), em busca de levantar nacionalmente o número de especializações ativas no âmbito da Saúde do Homem, os resultados apresentaram a existência de somente 3 cursos, evidenciando o pouco prestígio que o campo recebe no meio acadêmico e de formação técnica profissional.

Não bastando ter o desejo de adentrar em um campo pouco privilegiado como a Saúde do Homem, vejo-me explorando uma seara totalmente desconhecida e que passou por um processo histórico e político de apagamento, que é a concepção de saúde dos homens negros brasileiros.

Tal aspiração me fez entrar em contato com diversas problemáticas: o desconhecimento popular e acadêmico sobre o tema; a minha inexperiência em lidar com um objeto empírico que não possui dados publicados distanciados dos estereótipos e silenciamentos que muito das vezes foram produzidos, equivocadamente, por estudos etnográficos, sociais e culturais, seja pela utilização de referenciais bibliográficos não conscientes sobre as dinâmicas raciais ou pela busca por uma neutralidade científica que desconsidera as subjetividades do etnógrafo e as influências que suas experiências podem ter em seus registros, algo explorado por Oliveira (2018).

No instante em que decido me distanciar dessa possibilidade, passo a focar em como pensar o sujeito de forma não fragmentada, mas sim de modo mais humano e biopsicossocial. Com isso, dedico-me a tratar principalmente do pouco interesse acadêmico em discutir a

temática para além das bases analíticas e dos referenciais teóricos mais utilizados, como o feminismo negro com ênfase nas reflexões centradas na vivência norte americana, visto que há diferenças históricas e sociopolíticas quando comparado ao contexto diaspórico brasileiro.

Neste ponto, ao finalizar a graduação e me estabelecer como uma profissional de saúde, ciente de que a principal forma de construir conhecimento científico no Brasil é por meio de pesquisas desenvolvidas nos mestrados acadêmicos, busco, então, o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS).

Comprometi-me, nesse âmbito, a compreender como funcionam as produções de dados e de informações em saúde e, sobretudo, como a comunicação de forma prática vem interpelando iniciativas de difusão de conhecimento sobre a saúde do homem negro brasileiro para além dos índices de violência, alcançando, dessa maneira, a perspectiva de um ser biopsicossocial, atravessado por processos sociopolíticos, históricos e econômicos.

Acredito, pois, que tais barreiras somente poderão ser superadas por intermédio da construção do conhecimento e da difusão informacional estratégica – sem recair no erro que se manteve por séculos de só oferecer informação para o público geral, como no caso da educação em saúde verticalizada – que poderemos impulsionar novas políticas sociais especializadas. Bem como por intermédio do fomento científico, para que novas pesquisas em prol ao avanço da saúde dos homens negros possam surgir, visibilizando, para tanto, essa questão que mantém forte relação com a evolução de políticas sociais e em saúde.

Dito isso, no período em que cursava as primeiras disciplinas, busquei por materiais produzidos por órgãos e instituições estatais que abordassem a temática, por meio de campanhas, materiais gráficos ou recursos audiovisuais. Em meio a esse processo, não foram localizados itens audiovisuais, com exceção de um episódio publicado pelo *Canal Saúde* na plataforma *YouTube*, que discutia as masculinidades, sem fazer, no entanto, uma correlação com a saúde.

Consonante a isso, no que tange aos materiais gráficos, foi encontrada somente uma cartilha, confeccionada pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), intitulada *Cartilha de Saúde dos Homens: como os serviços de saúde veem os homens e o que podem tentar para cuidar deles* (2019), em que se cita, brevemente, as morbidades que mais atingem a população negra e os estigmas relacionados a hipersexualização.

As ausências desses materiais inevitavelmente iniciaram a gestação de hipóteses por meio de uma série de questionamentos, como: por que a política voltada para a saúde da população negra e do homem não são difundidas e/ou implementadas de forma efetiva? Por que

as discussões referentes à saúde da população negra ainda não lançam luz sobre as especificidades de homens negros? O que sabemos sobre como a racialização se relaciona com o gênero? Qual produto podemos observar ao analisarmos a intersecção entre raça, gênero e classe, no cenário brasileiro? Há empenho da sociedade e das instituições estatais de saúde em compreender essas demandas e diminuir os índices de morbimortalidade dos homens negros?

Diante disso, a hipótese que hoje mais me parece adequada é a de que, atualmente, esses sujeitos, que são perpassados por especificidades provenientes da intersecção entre suas raças, seus gêneros e suas classes, enfrentam ações políticas de esquecimento que atuam de forma a manter as estruturas sociais alimentadas pela invisibilidade social e pelo mito da democracia racial¹.

A intersecção que enfatizo refere-se ao processo de analisar as condições e demandas sociopolíticas de um grupo populacional por meio do conceito de interseccionalidade proposto por Crenshaw (2002), que nos orienta a pensar de que forma o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam e se retroalimentam das desigualdades básicas que estruturam as posições das minorias sociais, permitindo dizer, portanto, que “a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Neste momento, faz-se necessário que minha pesquisa se aprofunde nas minúcias existentes na relação entre os direitos humanos e a comunicação. Stevanim e Murinho (2021) explicitam a necessidade de prover mecanismos de proteção contra violações midiáticas – como exemplo disso, estão a propagação e a reprodução de discursos racistas, machistas, homofóbicos, transfóbicos, sexistas e de intolerância religiosa – que exercem impactos sobre a saúde e a cidadania, reforçando a vulnerabilidade e a exclusão de populações localizadas à margem da disputa do poder simbólico.

Os autores também enfatizam que os meios de comunicação comunitária são fundamentais na garantia coletiva do direito à comunicação nas discussões sobre cidadania e saúde, uma vez que, diante da diversidade de atores que compõem o campo da saúde e que disputam espaço na formulação das políticas públicas, as mídias comunitárias acabam por contribuir na ampliação dos espaços de fala e escuta; por isso, o fortalecimento das mídias

¹ Autores como Guimarães (2001) explicam que a ideia atual que conhecemos do “mito da democracia racial” foi moldada, ao longo das décadas, após importantes críticas de diversos intelectuais, como Abdias do Nascimento e Florestan Fernandes, ao discurso de paraíso racial defendido internacionalmente por Gilberto Freyre, que não refletia, evidentemente, a realidade vivenciada pelos cidadãos brasileiros.

públicas e comunitárias geram importantes consequências no campo da saúde, que são a promoção de espaços democráticos e a possibilidade de implementação de canais de comunicação voltados para o debate das políticas de saúde (STEVANIM e MURTINHO, 2021, p.76-77).

Frente a tais questões, tornou-se inevitável que a presente investigação busque compreender de que maneira as políticas de comunicação em saúde têm abarcado as demandas de homens negros brasileiros em suas produções para além de documentos oficiais e cartilhas, visto o vazio explicitado anteriormente. Com isso, comecei a pensar em plataformas e acervos que se propõem transmitir informações sobre saúde pública para o meio fora dos espaços acadêmicos, chegando aos documentários produzidos pelos agentes estatais vinculados ao MS.

Esse direcionamento influenciou minha tomada de decisões relacionada ao percurso metodológico do meu projeto de pesquisa. De forma primária, optei por tomar como base de dados para busca de produtos audiovisuais o acervo da distribuidora VídeoSaúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), utilizando palavras-chave que apresentem relação com aspectos que circundam a saúde de homens negros e filtrando as produções brasileiras em formato de documentário.

De forma surpreendente, ao realizar a busca pelo acervo, um único material audiovisual, que trata da saúde sexual e reprodutiva do homem, foi localizado. A partir disso, podemos elencar diversas questões relacionadas à saúde dos homens negros que não foram visibilizadas, dentre elas os aspectos relacionados às saúdes física e mental.

Com isso, como objetivo geral deste estudo, pretende-se trazer ao centro do debate a ausência de políticas de comunicação em saúde e estudos sobre a saúde do homem negro. Já os objetivos específicos, são: a) compreender as discussões de gênero dentro da política de saúde integral da população negra; b) analisar de forma crítica os resultados encontrados no processo de busca no Portal de Periódicos da CAPES e no acervo da VídeoSaúde; d) tecer relações entre as ferramentas de busca institucionais e o processo de invisibilidade social.

Para tanto, o estudo contará com um sumário que organiza os três capítulos dessa dissertação. O primeiro capítulo serve como base para a compreensão acerca da saúde de indivíduos negros no Brasil, pautado pelos dados sobre a saúde da população negra com ênfase para o recorte masculino, abordando problemáticas relacionados à saúde física, à saúde mental, à mortalidade exacerbada e às perspectivas teóricas que abordam não só a negligência do Estado como também a sua intencionalidade em continuar o extermínio de homens jovens negros.

O segundo capítulo, constituído por tópicos, tem por finalidade discorrer o lugar do negro em meio aos homens e a masculinidade subalternizada, pensando as especificidades

trazidas pela adição da racialização e da interseccionalidade aos quesitos de gênero e classe, bem como a contribuição da Comunicação e Informação em Saúde para mudanças nesse cenário, a partir de uma reflexão sobre quais perspectivas teóricas temos utilizado para analisar as masculinidades negras e quais outras lentes teóricas apresentam potencial para enriquecer as discussões e alcançar as demandas trazidas pela complexidade que há em ser um homem racializado em um Estado capitalista, racista, sexista e que se alimenta das dores e dificuldades vivenciadas por este público.

O terceiro capítulo explicita como a metodologia elencada foi pensada, desconstruída e calcada no processo de busca dos estudos no Portal de Periódicos da CAPES e materiais audiovisuais do Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde (BRAVS) da VídeoSaúde.

A abordagem escolhida para nortear a investigação foi a metodologia qualitativa, a fim de não restringir somente aos dados quantitativos – como a quantidade de materiais por gênero audiovisual, quantos não incluem e quantos incluem a saúde do homem negro e informações afins – possibilitando, assim, o estabelecimento de reflexões, como: as armadilhas de tratar a saúde de sujeitos negros a partir da ideia de uma população negra homogênea, desconsiderando divergências provenientes de processos socioculturais e regionais; a abordagem da problemática da construção de discussões acerca de um único gênero, como o que vem ocorrendo no caso de mulheres negras cisgêneros; e, por fim, as especificidades relacionadas a saúde em diferentes faixas etárias.

Para a escolha da base de dados adequada, foi levado em consideração que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) é historicamente reconhecida por suas contribuições para o avanço da saúde pública brasileira devido aos esforços dos pesquisadores em produzir estudos científicos que auxiliam na resolução e na investigação de problemas sociais – independente se no âmbito da educação, informação, comunicação ou saúde. O presente projeto de pesquisa elencou, em vista disso, a VídeoSaúde como banco de dados para levantamento de recursos audiovisuais que tivessem como objetivo – geral ou específico – discutir ou explorar as problemáticas acerca da saúde do homem negro no Brasil.

Convém dizer, ainda, que a VídeoSaúde Distribuidora da Fiocruz é coordenada pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da FIOCRUZ, e, segundo o site institucional, tem sua atuação fundamentada na “pesquisa, captação, catalogação, produção, fomento e distribuição de produtos audiovisuais, a fim de contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira”. Fornecendo, para tanto, a qualquer pessoa física ou

jurídica de todo o território nacional, o serviço de copiagem em DVD dos vídeos licenciados de seu acervo, que atualmente é composto por mais de 7 mil títulos.

Para a busca no catálogo da distribuidora VídeoSaúde por meio do BRAVS, foram analisados os termos de busca disponíveis no acervo e selecionados somente os descritores que apresentaram relações primárias com questões afins à saúde masculina, com ênfase em homens negros. A partir disso, o resultado correspondeu a dois termos, sendo estes: “população negra” e “saúde do homem”.

O quarto e último capítulo foi pensado como um momento para discorrer e ampliar a discussão dos capítulos anteriores. Deste modo, são aprofundadas as reflexões que pautam como a Comunicação e as ferramentas de busca de materiais acadêmicos podem atuar como potencializadores ou barreiras na ampliação do conhecimento sobre a saúde desse grupo que atualmente é mantido na liderança dos que mais morrem no Brasil.²

Acredito que esta pesquisa apresenta um caráter inovador dentro do espectro dos estudos de políticas públicas focais para o combate às iniquidades em saúde, por se tratar de um campo pouco explorado no que se refere ao escopo da Saúde do Homem e esquecido estatisticamente no que tange à saúde dos homens negros.

Espera-se, isto posto, que os dados produzidos aqui possam fomentar novas investigações, bem como levantar a pauta de que é preciso criar e implementar novas orientações fundamentadas na Comunicação e Saúde, especialmente em políticas de comunicação no âmbito da saúde coletiva, se desejamos, de fato, melhorar nossos indicadores sociais.

² Dados levantados pelo IPEA e publicados por meio das edições do Atlas da Violência de 2017 e 2020 demonstram que os homens negros se mantêm como o grupo populacional com maior taxa de mortalidade.

2. ONDE ESTÃO OS NEGROS NA SAÚDE DO HOMEM?

O presente capítulo abordará problemáticas relacionadas às lacunas e à dificuldade de mapeamento existentes no âmbito dos estudos sobre a saúde dos homens negros brasileiros, atuando como parte do referencial teórico que constitui a pesquisa e apresenta a relevância de sua execução.

Tal aparato se faz necessário para que no próximo capítulo sejam introduzidos conceitos como os de “masculinidade hegemônica” e “masculinidades subalternas” para a compreensão dos atravessamentos nas masculinidades negras aplicando como norte a interseccionalidade entre os marcadores raça, gênero e classe e a crítica sobre a visão acadêmica que temos a respeito dos homens negros produzida pelos estudos feministas em comparação a análise cunhada no paradigma decolonial.

Além disso, as noções aqui construídas subsidiarão a discussão proposta nos capítulos posteriores a respeito da ausência apontada durante a investigação que ocorre em paralelo com a escassa publicação literária sobre o tema, assim como com a dificuldade de mapeamento desse tipo de estudo.

Esses polos, nesse sentido, são condições que se retroalimentam, visto que as investigações são estabelecidas a partir da fundamentação teórica e, quanto menor a quantidade de publicações sobre determinado assunto, menor será, também, o interesse público pelo tema, realizando, assim, a manutenção da carência de produções científicas sobre tal objeto.

2.1. A saúde negra no Brasil e a necessidade trazer os homens para o centro da discussão

No presente momento, para que seja possível compreender as dimensões que constituem a saúde da população negra e a saúde do homem negro, aqui serão apresentadas perspectivas a respeito da concepção de saúde, do histórico de acesso à saúde por pessoas negras no Brasil, das iniquidades em saúde evidenciadas pelos determinantes sociais e das especificidades da sectorização por gênero nesse contexto.

Convém frisar, pois, que tais questões só poderão ser alcançadas partindo do pressuposto fundamental de que as desigualdades – de cunho socioeconômico, cultural, em saúde e outras – foram forjadas desde a entrada forçosa de negros africanos em solo brasileiro durante o processo de raptio mercantil e tráfico negreiro, passando, por conseguinte, pela política de embranquecimento que visou extinguir quaisquer sinais de existência negra no Brasil.

Importa citar, ainda, a perpetuação o mito da democracia racial, defendido por Gilberto Freyre³, que teve como principal objetivo tolher a tomada de consciência racial dos negros, prevenir futuras revoltas armadas e tomadas de poder contra as classes brancas burguesas dominantes.

Mesmo não tendo sido elaborado por Freyre, a ideia da democracia racial ou de um paraíso racial – que, com fervor, foi defendida internacionalmente pelo antropólogo – ilustrava um Brasil onde não havia desigualdade calcada no racismo ou em um mínimo conflito entre diferentes grupos étnicos no período pós abolicionista. Essa noção foi explorada por diversos intelectuais ao longo das décadas, como por Florestan Fernandes⁴, por exemplo, que, em diversos momentos, apresentou a ela críticas contundentes.

Portanto, as circunstâncias histórico-sociais [...] fizeram com que o mito da “democracia racial” surgisse e fosse manipulado como conexão dinâmica dos mecanismos societários de defesa dissimulada de atitudes, comportamentos e ideais “aristocráticos” da “raça dominante”. Para que sucedesse o inverso, seria preciso que ele caísse nas mãos dos negros e dos mulatos; e que estes desfrutassem de autonomia social equivalente para explorá-lo na direção contrária, em vista de seus próprios fins, como um fator de democratização da riqueza, da cultura e do poder. (FERNANDES, 1964, p. 205 *apud* GUIMARÃES, 2001).

Cabe, no entanto, uma observação ao seguinte ponto: mesmo que encontremos facilmente os escritos de autores que dissertam sobre como esse mito percorreu as camadas da sociedade brasileira, é preciso, ainda, observar os detalhes presentes nos discursos. No caso de Guimarães (2001)⁵, como será visto a seguir, há um trecho que revela uma problemática:

O incômodo da academia brasileira em face do avanço do movimento negro teve alguns pivôs importantes. Primeiro, um certo exagero do discurso militante, que transparece no emprego de termos como “genocídio” para referir-se ao comportamento da sociedade brasileira em relação aos negros, e a vontade de fazer crer que a opressão dos negros no Brasil seria pior do que a situação norte – americana ou sul-africana – ou seja, a propaganda do movimento queria transformar a imagem do Brasil de paraíso em inferno racial (GUIMARÃES, 2001, p. 159-160).

³ Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi um sociólogo, antropólogo e político brasileiro que, em sua trajetória, dedicou-se a analisar as relações sociais após a colonização portuguesa. Autor de diversas obras, sendo a mais conhecida delas o livro *Casa Grande & Senzala* (1933), em que se aborda a ideia da existência de uma democracia racial, uma espécie de paraíso racial, que contrapunha o que era observado em outros países africano-diaspóricos, como os Estados Unidos.

⁴ Florestan Fernandes (1920-1995) foi um sociólogo brasileiro e autor de obras que discutiam a luta de classes e as relações raciais, como o livro *A revolução da classe burguesa* (1974) e *A integração do negro na sociedade de classes* (1964).

⁵ Antônio Sérgio Alfredo Guimarães é sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP). Guimarães direciona seus escritos para a discussão dos aspectos da classe trabalhadora e do racismo vivenciado pela população negra brasileira, principalmente em suas obras *Racismo e anti-racismo no Brasil* (1999), *Classes, raças e democracia* (2002) e *Como trabalhar com “raça” em sociologia* (2003).

A partir da reflexão do autor, nota-se que, mesmo ao longo do texto sendo utilizados importantes nomes e referenciais do MNU e da Frente Negra Brasileira (FNB), reside no discurso, ainda, não só a divergência, mas também a insistente diminuição dos apontamentos feitos pelos ativistas, classificando-os como portadores de posicionamentos exagerados.

Assim sendo, compreende-se que o conceito de “genocídio do negro brasileiro”, apontado por Abdias do Nascimento⁶, não é uma hipérbole – isto é, uma ênfase expressiva e exagerada –, muito menos um discurso pedante. Trata-se, todavia, do retrato da realidade da população negra, baseado em dados, indicadores, referenciado por pesquisadores, infelizmente não somente quando foi escrito, mas até os dias atuais.

Com isso, toda a discussão sobre a saúde da população negra – nesse caso, em especial, dos homens negros – perpassará por um senso de humanidade violado por meio da destituição de direitos humanos básicos, como a impossibilidade do acesso às condições de vida minimamente aceitáveis, que incluem: estar no sistema de educação formal, possuir uma moradia digna, não experienciar o fenômeno de insegurança alimentar, dentre outros fatores que se iniciaram após a invasão e a colonização portuguesa.

Durante o século XIX, período registrado na história brasileira como o ápice do tráfico de pessoas negras escravizadas, o descaso com a saúde dessa população se relacionava diretamente às condições de modo de vida, moradia e trabalho impostos, restando a esses grupos a constituição de redes solidárias para a efetuação da manutenção de seus corpos de forma clandestina e dentro das possibilidades da época (PÔRTO, 2006). Ressalta-se que o elevado número de mortes está associado às enfermidades, torturas cometidas pelos senhores, senhoras de engenho e seus capatazes, bem como por suicídios e chacinas realizados aos grupos que conseguiam fugir e se aquilombar durante os períodos de guerrilhas.

Além disso, Pôrto (2006) nos lembra que o discurso médico vigente na época atribuía à presença do negro escravizado a causa de diversos males como a corrupção das famílias, bem como o iminente perigo físico e moral. Essa imputação, destaca-se, permanecerá no imaginário popular por séculos, sendo reforçada e difundida pelo pensamento médico higienista.

Em 1889, mesmo após a assinatura que encerrava (ao menos em teoria) o período escravagista brasileiro, difundiu-se pelo senso comum que os negros teriam oportunidades de

⁶ Abdias do Nascimento (1914-2011) foi economista, ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista. Dedicou-se, sobretudo, à luta pelos direitos do povo preto no cenário nacional e internacional, tornando-se um dos protagonistas do MNU. Além disso, foi fundador do Teatro Experimental do Negro (TEM) e produziu obras que se tornaram referências para a discussão do racismo no Brasil, como o *Quilombismo* (1980), o *Genocídio do Negro Brasileiro* (1978) e *Brazil, Mixture or Massacre?* (1989).

assumir melhores postos de trabalho, gerando, por conseguinte, mudanças positivas em suas condições de saúde.

O que eles vieram a experienciar, porém, foram ofertas de ocupações em regime análogo à escravidão e anúncios de ofícios que proibiam de maneira específica a candidatura e contratação de quem fosse lido socialmente como um não-branco, por não apresentar traços fenotípicos de um caucasiano.

Como uma prática que vigora há séculos, registros como o de Nascimento (2016) abordam-na focalizando o século XX e explicitando o chamado “local social do negro” e suas especificidades:

Até 1950, a discriminação em empregos era uma prática corrente, sancionada pela lei consuetudinária. Em geral, os anúncios procurando empregados se publicavam com a explícita advertência: “não se aceitam pessoas de cor”. Mesmo após a lei Afonso Arinos, 1951, proibido categoricamente a discriminação racial, tudo continuou na mesma. Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora “pessoas de boa aparência” por branco para se obter a verdadeira significação do eufemismo (NASCIMENTO, 2016, p. 97).

O homem negro foi – e permanece sendo – excluído nesse contexto por ser um homem negro. A ele, cabe dizer, nunca foi dada a condição de homem, mas sim de “homem de cor” ou de “homem racializado” e, por isso, faz-se necessário que pensemos o seu gênero junto à sua raça e etnia por meio do processo de intersecção.

O conceito de interseccionalidade de Crenshaw diz respeito a “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2022, p.177) que, em uma relação direta com essas dinâmicas, “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2022, p.177).

Ele apresenta-se, então, de modo muito significativo para a compreensão dos aspectos relacionados à saúde dos homens negros a partir das questões que os unem: raça, gênero e classe. Tratam-se, portanto, de homens que, em sua maioria, apresentam menor escolaridade, ocupam cargos menos prestigiados e que mais exigem de sua saúde física e que vivenciam

continuamente situações de violência em diversos âmbitos, comprometendo, desse modo, a saúde mental desses sujeitos⁷.

As problemáticas que circundam as experiências vividas por esse grupo populacional refletem diretamente nos marcadores de desigualdade em saúde. Diante dessa reflexão, compreende-se mais facilmente as iniquidades em saúde e a extrema necessidade de se pensar a implementação de políticas públicas focais de forma efetiva nos serviços ofertados no SUS, tanto para a Atenção Básica, como para a Atenção Secundária e para a Atenção Hospitalar, pautando-se, para tanto, em políticas de comunicação em saúde.

Para que seja possível alcançar o que se entende como políticas de comunicação, trago a definição dada por Pitta e Magajewski (2000), que as entendem como um conjunto de relações comunicativas entre Estado e Sociedade, independente se mediatizadas ou não, que apresentam vínculos concretos tanto com os processos metodológicos de diagnóstico da situação de saúde quanto com as ações necessárias para promoção da saúde referente às situações diagnosticadas. Enfatizando que só será possível realizar mudanças paradigmáticas na saúde investindo em comunicação e não somente em informação como ao longo de décadas vem se tentando fazer (PITTA; MAGAJEWSKI, 2000).

A exemplo disso, a PNSIPN, publicada em 2007, pode ser entendida como uma conquista de movimentos sociais para abarcar as especificidades previamente conhecidas sobre a população negra. Assim sendo, como uma política focal apresentada pelo MS brasileiro como uma forma de se comprometer a enfrentar as desigualdades presentes no SUS e na promoção da saúde da população negra de forma integral, abarcando o histórico de iniquidades em saúde que foram gerados ao longo dos processos socioeconômicos e culturais nacionais, principalmente o racismo, que corroboram com as altas taxas de morbimortalidade de pessoas negras nacionalmente (BRASIL, 2007).

Mesmo com a publicação do documento oficial de divulgação da política focal em 2007, atualmente os trabalhadores da saúde e o público usuário dos serviços de Atenção Primária, Atenção Secundária e Atenção Hospitalar do SUS, em geral, desconhecem a existência dela e, paralelamente a isso, desconhecem, também, os direitos que usuários negros podem reivindicar durante os atendimentos, como também quais são as diretrizes que norteiam a atuação profissional com esse público.

⁷ Em 2022, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) produziu um levantamento sobre emprego e desemprego e apresentou dados apontando que homens negros eram os que mais exerciam funções relacionadas à agropecuária, construção e reparação de veículos. Além disso, eles lideraram, também, os índices de empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada e trabalhando por conta própria.

Chehuen e outros (2015) investigaram o conhecimento da população negra sobre a PNSIPN de 2007. Dentre as 391 pessoas consultadas, a conclusão é a de que 90% dos respondentes não a conhecem. Além disso, os entrevistados com menor escolaridade afirmaram a existência de discriminação durante os atendimentos em saúde (54,9%) e relataram que foram vítimas de racismo com maior frequência (14,4%).

Uma hipótese em relação ao que pode influenciar no grande contingente de usuários que desconhecem a política diz respeito ao desuso e a subnotificação dos dados no quesito raça/cor presente nas fichas de prontuários dos pacientes. A ausência desses dados e de uma reflexão que contenha um aporte racializado não só produz a sensação de que esse indicador social é irrelevante para as práticas em saúde, como também remete à produção de esquecimento desses sujeitos se pensarmos, equivocadamente, que essa exclusão advém de uma ação inconsciente e inerente a quem intermedia esses dados; gera-se, também e para além disso, o apagamento de diversas problemáticas que atravessam o corpo, a mente e a sociabilidade de pessoas negras.

Outra importante hipótese está relacionada ao pouco investimento atribuído à disseminação de informação, para as grandes massas, acerca dessa política. As políticas de comunicação e saúde aqui têm um papel fundamental, uma vez que, com as ausências de campanhas institucionais e ações estatais, no campo da saúde pública e coletiva, que visem a propagação dos direitos da população negra, sobretudo dos homens negros, tanto os profissionais de saúde quanto os sujeitos de direito são levados, inevitavelmente, ao desconhecimento e, com isso, provoca-se o não aproveitamento das conquistas obtidas pelos movimentos sociais.

Ambas as opções, sejam as ausências ou o esquecimento, perpassam a ideia de invisibilidade social, principalmente como uma política, se considerado o apagamento como uma ação coletiva consciente. Para trazer um pouco dessas relações, Rivera (1995) aponta que a política da invisibilidade como uma política baseada na falta de informação, disseminação intencional de desinformação e agendas, além de decisões que são expedidas para a maioria, dentre elas as políticas e os decretos legislativos baseados apenas em informações parciais.

Consonante a esse pensamento, Tomás (2012) se baseia na teoria da Fenomenologia de Husserl (1913) para afirmar que a invisibilidade social emerge da consciência constituinte do ato de “não ver outrem” (TOMÁS, 2012, p. 2) e que, por isso, torna-se o um fenômeno subjetivo; ao esmiuçar o conceito da invisibilidade social, emerge em sua essência a intersubjetividade.

Essa, cabe dizer, atua como estrutura essencial da invisibilidade social em uma correlação entre o “não visto” e os demais indivíduos, não se restringindo ao individual, mas também ao

coletivo, sendo uma noção que opera em diferentes níveis: primeiro a intersubjetividade entre mim e aquele que eu não vejo, sendo o outro consciente sobre não ser visto, e o segundo a intersubjetividade coletiva, em que somos nós que não enxergamos o outro (TOMÁS, 2012). No recorte dessa pesquisa, o outro que não é visto pela Saúde, Comunicação e Informação é o homem negro brasileiro.

Nessa relação, a escassez informacional sobre a saúde desses sujeitos não se restringe somente às políticas focais, mas também a produção e divulgação científica de dados que expressam a realidade experienciada pelos negros no Brasil. Algo que, se investigado a níveis mais profundos e examinando diferentes bases de dados,⁸ evidencia-se um grande vazio em que se encontram os estudos que interseccionam gênero e raça, principalmente aqueles em que o objeto empírico é a saúde de homens negros.

Com isso, os dados sobre este público passíveis de utilização são limitados aos levantamentos de instituições nacionais de pesquisa, que abordam questões acessórias à temática a partir de índices sobre violência e mortalidade, tanto por via da hetero violência que perpassa a saúde física, quanto por meio da violência autoinfligida (suicídio) que circunda aspectos da saúde mental.

Pensando nisso, o pressuposto assumido é o de que, ao focarmos no âmbito da saúde, essencialmente na saúde física e mental de homens negros brasileiros, a fundamentalidade da discussão pautada nos espectros étnico-raciais, de gênero e de classe, tornam-se evidentes quando lançamos mão da análise de dados epidemiológicos nacionais sobre as taxas de mortalidade e observamos a manutenção de um Estado colonial por meio do aumento das taxas de morte de indivíduos pertencentes aos grupos racializados.

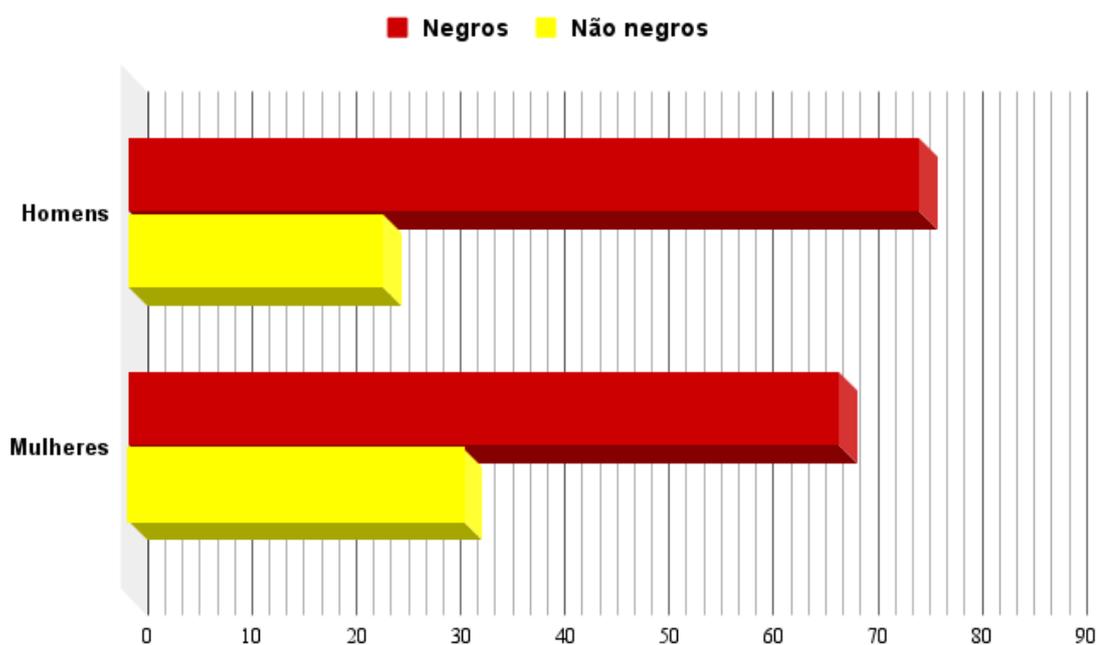
A exemplo disso, o *Atlas da Violência* (2017) apontou que mais de 92% dos homicídios no território brasileiro acometiam homens, sendo a faixa etária outro importante marcador, visto que a taxa de homicídios de jovens, em 2015, era de 60,9 para cada grupo de 100 mil, enquanto o mesmo indicador para os homens jovens alcançava nesse mesmo ano alcançou a marca de 113,6 (IPEA, 2017). O mesmo documento ainda sinaliza que, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras e que essa mesma população apresenta chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação aos brasileiros não negros, incluindo os efeitos relacionados à idade, escolaridade, sexo, estado civil e bairro de residência.

⁸ Ao longo da pesquisa foram consultadas as seguintes bases: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; o Repositório Institucional da Fiocruz (Arca Fiocruz); Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – Informação e evidência científica e técnica em saúde da América Latina e Caribe (LILACS).

Os dados apresentados pelo *Atlas da Violência* (2020), posteriormente, denunciaram a queda de 12,9% do número de mortes de indivíduos não negros, enquanto o de indivíduos negros aumentou em 11,5%, tornando a população negra 75,7% das vítimas brasileiras.

Quando traçado o comparativo entre negros e os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas), a taxa foi de 13,9, demonstrando que, para cada sujeito não negro morto em 2018, 2,7 negros foram assassinados. No caso das mulheres, as mulheres negras representavam 68% do total das mulheres ceifadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade de 5,2 por 100 mil habitantes, quase o dobro em relação às mulheres não negras (IPEA, 2020).

Gráfico 01 – Taxas de homicídios em 2018 comparativas entre homem negro e homem não negro, mulher negra e mulher não negra.



Fonte: adaptação do *Atlas da Violência* (IPEA, 2020)

Além das mortes por hétero violência, a população negra também apresenta os maiores índices de óbitos por suicídio, alcançando, em 2016, o percentual de 55,4%. A maior concentração se apresenta, ressalta-se aqui, no grupo de homens negros, de 10 a 19 anos, que soma 67%.

Há, ainda, o apontamento sobre o risco de suicídio 45% maior em jovens negros quando em comparação ao de jovens brancos e a relação de 6 óbitos de homens negros a cada óbito de mulheres negras (IPEA, 2017). Isto posto, apesar dos Determinantes Sociais da Saúde (DDS) serem amplamente utilizados para o planejamento e execução de práticas de promoção e

prevenção em saúde, esses parecem ser completamente desconsiderados nas campanhas para a redução de mortalidade por violência autoinfligida, uma vez que elas não são direcionadas ao público que, de acordo com os índices epidemiológicos e demográficos, são os mais suscetíveis.

A exposição e relação dos dados apresentados nos revela um cenário em que homens negros pobres tem suas vidas encerradas de forma sistemática e prematura, uma vez que morrem ainda jovens e não possuem o direito a envelhecer de forma saudável como o resto da população. E se a morte é o maior limitador à vida humana que conhecemos, como podemos considerar que um grupo que estatisticamente sequer irá completar o ciclo da vida adulta e vivenciar seus primeiros cabelos brancos acessa a saúde de forma equânime ou até mesmo igualitária? Verifica-se, então, que o histórico de negligências sociopolíticas tem contribuído para a ampliação dos agravos à saúde dos homens negros, bem como para o apagamento de suas vivências e a continuidade dos microprocessos de violência ao corpo e mente desses sujeitos.

Tais dados são comumente associados somente ao fenômeno social que vem sendo evidenciado por meio do levante das discussões contemporâneas sobre o genocídio negro, que tem seu mecanismo explicado pela conceituação de necropolítica proposta por Mbembe em *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2018)⁹.

Traçando uma relação entre soberania e violência o autor propõe que “5ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder” (2018, p. 5). No que se refere à soberania exercida pelo colonialismo, o autor afirma ainda que:

Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a ‘paz’ tende a assumir o rosto de uma ‘guerra sem fim’ (MBEMBE, 2018, p. 32-33).

Contudo, quando o foco é centrado nos mais jovens ainda em processo de desenvolvimento, é possível perceber que tal questão também pode ser lida por meio da ótica do conceito de necroinfância, cunhado por Nogueira (2020), que se apoia pelo proposto por Mbembe (2018) e centra seu objeto empírico no assassinato sistemático de crianças negras.

A partir desta lente teórica, localize-se esses pequenos sujeitos como descartáveis ou “crianças matáveis”, de modo que se torna possível compreender, também, que o poder de

⁹ Achille Mbembe é um filósofo, teórico político e professor camaronês, que dedica suas produções a pensar a filosofia e a sociologia a partir da perspectiva africana. Seu conceito de Necropolítica surge da crítica à Biopolítica, de Foucault. Mbembe nos orienta, desse modo, na compreensão de como ocorre o controle em decidir quem vive e quem morre em uma demarcação territorial específica, bem como o direito à decisão está calcado nas sequelas do colonialismo.

decisão sobre vida ou morte se descentraliza do Estado e é distribuído para outros grupos que desejam e são autorizados a matar. Pode-se citar, para fins de exemplificação, as tropas paramilitares compostas por agentes militares e de forças auxiliares, ou ainda, a inclusão dos chamados “cidadãos de bem”, literalmente munidos de armas e projéteis e, figurativamente, armados de boas intenções e senso de justiça, que lhes orientavam ao extermínio dos indesejáveis (NOGUERA, 2020).

Mesmo que ainda jovens, ressalta-se: esses sujeitos já são interpelados por questões complexas fruto da intersecção – componentes étnico-raciais, de gênero e de classe – que serão parte fundamentalmente constituinte de seu eu biopsicossocial, algo que poderá ser observado nas discussões sobre masculinidades, em especial, masculinidades negras.

As especificidades carregadas pelas masculinidades negras são analisadas de formas divergentes segundo a epistemologia utilizada pelos autores e autoras feministas e decolonialistas. Por isso, optei por tecer uma discussão sobre as contribuições dos estudos feministas e dos estudos decoloniais para a formação do homem negro como sujeito e objeto de estudo.

3. A MASCULINIDADE SOB A ÓTICA FEMINISTA E PELAS LENTES DECOLONIAIS: COMO ESTAMOS LENDO OS HOMENS NEGROS

À medida em que eu vislumbrava compreender e tecer reflexões sobre o cuidado em saúde e o acesso aos serviços de saúde pela população masculina, emergiu, em paralelo, a necessidade de ampliar os estudos sobre a masculinidade, já que culturalmente, o cuidado é exposto como algo fundamentalmente feminino.

A esse respeito, o estudo etnográfico de Couto *et al* (2010), que buscou compreender a presença de homens em serviços de Atenção Primária em Saúde, apresentou quais são, portanto, os aspectos que desestimulam a entrada desses sujeitos. São eles: a decoração predominantemente feminina, o pouco envolvimento profissional que se atém às explicações breves se comparado ao atendimento ofertado ao público feminino e a relação com a jornada de trabalho, fazendo com que homens procurem mais os serviços que ofertam horários expandidos.

Frente a esses apontamentos, tornou-se essencial a realização de um levantamento acerca das informações concernentes ao início das discussões sobre os diferentes aspectos que margeiam a sexualidade, em especial, dentre eles, a feminilidade e a masculinidade.

Até o século XVIII, não se encontrava um modelo de sexualidade humana tal como se propõe hoje. Nesse período, que não existia um vocabulário que abarcasse a sexualidade humana, foram estabelecidas normas que instituíram as diferenças sexuais entre homens e mulheres (SILVA, 2000).

Historicamente, as reflexões acadêmicas sobre o que, teoricamente, significaria ser uma “mulher de verdade” ou um “homem de verdade” são exploradas por um campo que se constituiu como “estudos de gênero”, mas que, com o passar do tempo, passou a referir-se, majoritariamente, apenas às discussões sobre o feminino: feminismos, saúde da mulher e o que é, então, ser mulher.

Por consequência, um visível desequilíbrio passou a figurar entre as investigações que têm como objeto os homens e as mulheres. Ao longo das décadas, esse posicionamento e essa escolha política passaram a ser questionados por alguns pesquisadores nos últimos 50 anos (CONNEL, 1995; GIFFIN, 2005; SCHRAIBER; GOMES e COUTO, 2005; MOZER e CÔRREA, 2014).

Esse repertório foi constituído não só pelo interesse das mulheres em darem visibilidade às suas experiências e às opressões do estado patriarcal, mas também pela relutância em incluir os homens e os estudos sobre homens, como apontado por Karen Giffin (2005). Com o levante

feminista, nos anos 60, e, junto a isso, com o início dos “estudos das mulheres”, algo anterior ao desenvolvimento do conceito de estudos de gênero, já era possível observar a presença de homens interessados em participar da reflexão sobre as pautas consideradas femininas na época.

Todavia, a aproximação que ocorreu era restrita às discussões dos pequenos grupos e seminários, algo que posteriormente foi vetado pelas ativistas e posto como necessário, de forma primária, em decorrência da experiência cotidiana com a dominação masculina.

Nessa perspectiva, a busca pela maior compreensão acerca da relação entre gênero, comunicação e saúde para avançar na construção de meu projeto de pesquisa, levou-me, no terceiro semestre do mestrado, à disciplina Gênero, Comunicação e Saúde, que possuía uma ementa aparentemente produtiva com debates e bibliografias que propunham uma intersecção entre raça, gênero e masculinidades, levando-me, assim, a realizar a inscrição nela.

No decorrer das leituras e das observações realizadas em aula, porém, passei a me sentir angustiada diante das discussões que posicionavam o “ser masculino”, ou aquele identificado como homem, enquanto mero objeto empírico, limitado às reflexões sobre divergência de gênero, centradas no binarismo e nos estudos feministas.

Tal situação (in)conscientemente cerceia e reduz os potenciais reflexivos sobre a temática das masculinidades ao não explorar as demais possibilidades epistemológicas que constitui, ao longo das décadas, o campo das masculinidades.

Por essa redução ser uma prática comumente aplicada na produção do conhecimento acadêmico, escritos contemporâneos têm buscado ampliar o leque de possibilidades e fomentar investigações que aumentem as discussões sobre masculinidades às bases epistemológicas, como a teoria *queer* e os estudos decoloniais.

Mantendo-me alinhada ao meu objeto empírico de pesquisa no presente programa de pós-graduação, opto por, nesse trabalho, pensar sobre as diferentes abordagens utilizadas para pensar as masculinidades racializadas a partir do percurso construído pelos estudos feministas e os estudos decoloniais.

Com isso, a presente explanação tem como objetivo apresentar as relações traçadas entre o tema das masculinidades e as diferentes reflexões que são geradas a partir das lentes teóricas dos estudos feministas e dos estudos decoloniais (com ênfase em estudos étnico-raciais), analisando, para tanto, as questões que são formadas a partir da interseccionalidade entre esses assuntos.

Desta forma, intui-se mostrar aos leitores as divergências que surgem sobre o que é ser homem e o lugar social ocupado por esse indivíduo na disputa de poder simbólico segundo a variação das perspectivas teóricas utilizadas.

3.1. Estudos feministas

Nas investigações de pesquisadores e pesquisadoras feministas, principalmente nos anos de 1960 e 1970, a compreensão de gênero e, em decorrência disso, o que significa ser homem ou mulher, manteve-se atrelada à ideia das diferenças sexuais que foram base para instituição de espaços gendrados e que, ao longo do tempo, mostrou-se deletério até mesmo para as mulheres e para o pensamento feminista (DE LAURETIS, 1987).

Com sua ênfase no sexual, a “diferença sexual” é antes de mais nada a diferença entre a mulher e o homem, o feminino e o masculino; e mesmo os conceitos mais abstratos de “diferenças sexuais” derivados não da biologia ou da socialização, mas da significação e de efeitos discursivos (e a ênfase aqui é menos no sexual e mais nas diferenças como “différance”) acabam sendo em última análise uma diferença (da mulher) em relação ao homem ou seja, a própria diferença no homem. Se continuarmos a colocar a questão do gênero em qualquer destas duas formas, a partir de um esboço completo da crítica do patriarcado, o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental, contido na estrutura de uma oposição conceitual que está “desde sempre já” inscrita naquilo que Frederic Jameson chamaria de “o inconsciente político” dos discursos culturais dominantes e das “narrativas fundadoras” que lhes são subjacentes – sejam elas biológicas, médicas, legais, filosóficas ou literárias e assim tenderá a reproduzir-se, retextualizar-se, como veremos, mesmo nas reescritas feministas das narrativas culturais (DE LAURETIS, 1987, p. 207).

Essa problemática foi apresentada por Teresa de Lauretis¹⁰ na obra *Tecnologia de gênero* (1987), onde foi abordada a importância de conceber os opostos binários “homem” e “mulher” de outro modo que não o da derivação de seu oposto como o que ocorre quando centralizamos o constructo de gênero em suas divergências sexuais e/ou genitais. Para ampliar a discussão, a autora elencou duas principais limitações relacionadas a isso:

A primeira limitação do conceito de “diferença(s) sexual(ais)”, portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados: ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres. [...] A partir dessa perspectiva, não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam ou diferentes personificações de alguma essência arquetípica da mulher, ou personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva.

Uma segunda limitação do conceito de diferença(s) sexual(ais) é que ele tende a reacomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical do pensamento feminista

¹⁰ Teresa de Lauretis é uma historiadora e pesquisadora italiana, que se dedica aos estudos de gênero, pensamento feminista, teoria *queer*, estudos lésbicos e temas correlatos. Dentre seus textos mais citados tem-se: *Alice não: Feminismo, semiótica, cinema* (1984), *Estudos feministas/estudos críticos: questões, termos e contextos* (1986) e *A tecnologia do gênero* (1996).

sem sair dos limites casa patriarcal. [...] Por potencial epistemológico radical quero dizer a possibilidade, já emergente nos escritos feministas dos anos 80, de conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de uma outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (DE LAURETIS, 1987, p. 207).

Ainda sobre o binarismo, Giffin (2005) explora a discussão agregando os efeitos negativos dessa perspectiva alinhado à exclusão dos homens nos espaços de construção de políticas e saberes sobre gênero na década de 1960. A autora afirma que, em dado momento, estabeleceu-se uma obsessão feminista com o poder masculino e que essa se justifica por trazer luz sobre questões relacionadas às estruturas e às relações sistêmicas de poder que ao longo dos anos foram legitimadas pelo meio científico, introduzidas e naturalizadas nas ideologias de gênero binárias hegemônicas, visto que:

[...] Os estudos de gênero mostraram que tais ideias binárias, expressas em símbolos e normas sociais, estruturaram instituições, foram oficializadas em leis, e encarnaram em identidades pessoais, ou seja, participaram e participam da construção de uma realidade social, são aspectos da nossa ordem social. Quem começa a perceber sua onipresença poderia até desconfiar que são eternos... No entanto, ao representar todos os homens como poderosos e todas as mulheres oprimidas, estávamos reproduzindo o binarismo (GIFFIN, 2005, p. 49).

Considerando o avanço de cerca de 60 anos entre o ocorrido e o cenário sociocultural e político atual, o que podemos arrazoar, afinal, sobre esse processo de exclusão? É fundamental, inicialmente, que reconheçamos o papel do homem na construção de saberes e políticas que permeiam o gênero enquanto residentes de um território que a cada ano amplia os registros de óbitos e violências contra a população negra, especialmente contra homens negros (IPEA, 2017 e 2020), ao tempo em que não se discute sobre políticas de acesso à educação para esse grupo populacional, mesmo que ele seja o que menos adentra ao contexto acadêmico (IBGE, 2019) tolhendo, assim, suas chances de produzir conhecimento científico que, em maioria, é realizado por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior e a programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Observa-se, ainda, a expansão dos debates de gênero sobre os homens e a partir da perspectiva masculina, tal feito foi iniciado, da forma acadêmica que conhecemos hoje, em 1970. Com isso, temos testemunhado um fenômeno que alguns autores (SILVA, 2006; BONÁCIO, 2012; PINHO, 2013) apontam como uma espécie de masculinidade em crise.

Fala-se, e muito, do verdadeiro significado do que é ser homem na contemporaneidade, talvez como resultado de sua inserção na cultura à qual pertence, onde, por conseguinte, precisa moldar-se sustentando ou criticando, aderindo ou

rejeitando, integrando-se ou afastando-se, obedecendo ou resistindo às regras impostas pela cultura e definidas como normas, conformando características, comportamentos e papéis que não necessariamente sejam aqueles que condizem com aquilo que ele almeja para si enquanto traços identificatórios (SILVA, 2006).

Giffin (2005) percorre de que forma os homens foram introduzidos e como foram conquistando espaço dentro do campo dos estudos de gênero.

Nos anos 70, com o movimento feminista e os estudos de mulheres prosseguindo a todo vapor, e com homens do movimento e dos estudos gays insistindo que os homens heterossexuais eram todos candidatos à liberação, a hegemonia das ideologias binárias/da dominação masculina se viu sob séria contestação. No âmbito universitário e em outros espaços da classe média, formaram-se coletivos de homens dedicados à reflexão sobre sua própria experiência no patriarcado, que assumiram as críticas e reconheceram como seus os hábitos masculinos de dominação e desvalorização. Segundo os participantes, havia sentimentos de muita culpa; como no feminismo, havia discordância e conflito (GIFFIN, 2005, p. 49).

Com isso, em alguns setores acadêmicos e em outros espaços burgueses, foram formados coletivos de homens que tinham como objetivo refletir sobre suas próprias experiências no patriarcado, assumindo, desse modo, suas responsabilidades e as críticas relacionadas aos hábitos masculinos de dominação e desvalorização (GIFFIN, 2005).

Tal movimento é anterior à ascensão da teoria *queer*, já que essa foi designada pela primeira vez, em 1990, nas produções acadêmicas Teresa de Lauretis, durante um workshop chamado de *Queer Theory*. Naquele momento, a autora compreendia a teoria *queer* como um projeto crítico que tinha por objetivo “desfazer ou resistir à homogeneização cultural e sexual no âmbito acadêmico dos “estudos lésbicos e gay”, assim chamados, que se consideravam como um único campo de pesquisa” (DE LAURETIS; DA SILVA e DE SOUZA, 2021, p. 165).

Com relação às contribuições desse eixo, posteriormente, foi publicado por Judith Butler,¹¹ ainda em 1990, o livro *Problemas de gênero*, gerando uma importante mudança nos grupos feministas ao ir de encontro a alguns dogmas preestabelecidos por questionar a distinção entre sexo e gênero, bem como problematizar o motivo de o sujeito do feminismo serem “as mulheres”, indicando uma “heterossexualidade compulsória” posta de forma arbitrária pelo discurso hegemônico (FIGUEIREDO, 2018). O objetivo da autora era, então, possibilitar uma “construção variável da identidade”, que incluiria não só as lésbicas como também os transexuais e os intersexuais. Ela sinalizava, assim, o caráter construído de todas as identidades (BUTLER, 2010, p. 23; FIGUEIREDO, 2018).

¹¹ Judith Butler é uma filósofa canadense que pesquisa e escreve sobre estudos de gênero, feminismo e teoria *queer*. Dentre suas obras mais conhecidas estão *Problemas de gênero* (1990) e *Undoing gender* (2004).

Essas indagações repercutiram nas discussões que começavam a ganhar força, como as diversas formas de performar feminilidades e masculinidades, principalmente aquelas consideradas desviantes, como as experienciadas por homens e mulheres transgêneros, intersexuais, gays, lésbicas e bissexuais. Em decorrência disso, as intersecções que surgem a partir de experiências contra-hegemônicas, no caso dos homens, aqueles que viviam uma masculinidade considerada inferior, é denominada subalterna.

Ao adentrar o espectro das masculinidades, é essencial estabelecer a compreensão de dois conceitos: de masculinidade hegemônica e de masculinidade subalterna. O primeiro, por sua vez, apresenta o que foi postulado pelos estudos australianos, principalmente por Raewyn Connell¹², na década de 70.

A autora, em um estudo posterior (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013), enfatiza que o ideal hegemônico se mostrou inalcançável ao longo do tempo e que mesmo que nenhum homem emule perfeitamente todos os requisitos, eles se tornam cúmplices por incorporarem tal ideal. Silva (2006), ao referenciar-se em Garcia (1998), apresenta ao leitor a perspectiva que a masculinidade hegemônica se refere a uma:

Configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável (GARCIA, 1998, p. 46 apud SILVA, 2006).

Essa visão hegemônica converge com a figura do *Self-Made Man*, que emergiu no século XIX, em que a masculinidade devia ser provada constantemente no mercado, ausente como cônjuge e genitor, extremamente devoto aos seus ambientes de trabalho homosociais¹³ e que evidenciava sua ascensão social por meio de aquisições concretas de bens, os quais eram obtidos por meios lícitos e meritocráticos (KIMMEL, 1998).

¹² Raewyn Conell é uma socióloga australiana e produtora de diversos estudos sobre masculinidades, focando nos estudos de gênero, ciência política, história e educação. Alguns de seus trabalhos mais relevantes como *Masculinities* (1993) e *Gender and Power* (1987) ainda são encontrados com a assinatura de Robert Conell por terem sido escritos antes de seu processo de reconhecimento e transição como uma mulher transgênero.

¹³ A homosocialidade é abordada nos estudos da sociologia. No texto *Epistemology of the Closet de Sedwick* (2008), ela é entendida como uma interação entre pares do mesmo sexo em que há preferência por esses sujeitos sem a presença de uma natureza sexual, estando, principalmente, presente nos trabalhos centrados nos homens e nas reflexões sobre o patriarcalismo.

Kimmel (1998) também ressalta que quando o ideal masculino hegemônico estava sendo forjado, ele foi construído em um contexto de oposição aos ditos “outros”, os quais tinham suas masculinidades questionadas e desvalorizadas.

Partindo do pressuposto de que as masculinidades são formadas a partir de dois campos imbricados contendo as relações de poder, isto é, nas relações de homens com mulheres, e nas relações de homens com homens, tornam-se evidentes dois mecanismos constitutivos na construção social de masculinidades: o sexismo e a homofobia (KIMMEL, 1998).

Aos “outros” e ditos subalternos – que tratarei como subalternizados e relacionados à masculinidade subalternizada, uma vez que essa não é uma condição natural e sim uma naturalização imposta como parte de uma herança colonial – restavam os postos de: másculo demais, sexualmente vorazes, considerados bestialmente violentos e totalmente incapaz de controlar desejos carnis ou então insuficientemente másculos, indefesos, dependentes, passivos e feminilizados. Nesse sentido, negros escravizados e crianças indígenas eram vistos como bobos, ingênuos, incapazes de proteger suas comunidades e selvagens sedentos por sangue e violência (KIMMEL, 1998).

A figura estereotipada de um ser animalesco e problemático em diversas dimensões se tornou utilizada para descrever – verbal ou esteticamente – homens negros, o que pode ser observado tanto nas obras de ficção quanto em relatos – que deveriam ser – reais.

A demarcação de um corpo marginalizado – o não branco, o outro, alguém que não é entendido como o ser portador da história única e universal – revela o quanto há de violência contínua pelo sistema racista, capitalista e patriarcal que nos rege, fazendo com que tenhamos por dever reconhecer a disparidade que existe entre o poder simbólico de homens brancos e homens racializados, especialmente negros e indígenas quando pensamos no contexto brasileiro.

Com isso, podemos compreender que, na disputa de poder, esses indivíduos estão localizados de forma inferior a qualquer indivíduo branco e/ou caucasiano, independente de gênero, algo que discutiremos em seguida sob a ótica da interseccionalidade e da proposição feita pelos estudos decoloniais.

Compreendidas dentro do espectro do outro e/ou da subalternidade, as masculinidades negras têm ganhado os espaços de discussão no cenário brasileiro a partir da década de 2000. Tal fato pode ser explicado pelos esforços dos autores, especialmente autores negros e do MNU, para a compreensão popular de que o marcador étnico-racial se constitui como primordial para as vivências de homens negros.

3.2. Estudos decoloniais

Angela Davis, Audre Lorde e bell hooks são nomes reconhecidos por dissertarem sobre homens negros e tecerem críticas à masculinidade sob as lentes do feminismo negro estadunidense.

Osmundo Pinho – que contribui com estudos a respeito da interseccionalização entre raça, gênero, classe e sexualidade, com ênfase nos homens negros gays – Beatriz Nascimento, Alex Ratts, Abdias do Nascimento e outros incorporam um notável time de intelectuais e pesquisadores brasileiros.

Ao buscar uma breve explanação teórica sobre a justificativa para discutir tais anseios associados às especificidades étnico-raciais, encontro-me contemplada na fala de Kimmel (1998):

Nossas experiências dependem da classe, raça, etnicidade, idade, região do país. Cada um desses eixos modifica os outros. [...] Assim, os significados de masculinidade variam de cultura a cultura, variam em diferentes períodos históricos, variam entre homens em meio a uma só cultura e variam no curso de uma vida. Isto significa que não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança. Neste sentido, devemos falar de masculinidades, reconhecendo as diferentes definições de hombridade que construímos. Ao usar o termo no plural, nós reconhecemos que masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos (KIMMEL, 1998, p. 106).

Para alcançar uma nova perspectiva, passei a beber das águas dos estudos decoloniais a fim de compreender como essa base epistemológica vem contribuindo para a construção do imaginário sobre homens e masculinidades racializadas, em especial dos homens negros, visto que nas últimas décadas os estudos decoloniais e descoloniais têm sido amplamente explorados por pesquisadores e estudiosos das ciências sociais quando se trata de discussões sobre raça, classe, gênero e experiências culturais fora do eixo norte-mundial.

O pensamento decolonial tem sua origem em 1990 com a formação do grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), em que se fizeram presentes intelectuais latino-americanos de diferentes universidades e regiões que tinham como objetivo viabilizar uma mudança de paradigma a partir de um movimento epistemológico considerado “fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013, p.89).

Para que se possa de fato performar um estudo sob a análise decolonial, é necessário compreender que esse formato não é sobre a realização de estudos ligados à história da América Latina, diferente do que se convencionou chamar de pós-colonialismo. É preciso, mormente, compreender que, nesse contexto, decolonial diz respeito à continuidade das relações coloniais de poder por meio das categorias de gênero, raça e classe, e que não vivemos um momento pós experiência do colonialismo, uma vez que a colonialidade continua presente em nossos sistemas sociais (LIMA COSTA, 2014; GOMES, 2018)

Uma das críticas que os estudos decoloniais fazem aos estudos de gênero está diretamente relacionada à forma com que as autoras feministas passaram a adotar o gênero como uma categoria em oposição ao sexo biológico, instituindo, desse modo, uma série de binarismos.

O primeiro, então, refere-se a como negar o determinismo biológico sobre o que seria ser um homem ou uma mulher, destacando o caráter de construção social do gênero e problematizando o “ser mulher” ou “ser homem” e a posição que esse ser ocupa socialmente.

Assim, o gênero é tomado como pergunta, como categoria que permite colocar em questão os sujeitos – como sujeitos da cultura, como sujeitos sociais, como sujeitos históricos, como sujeitos políticos e como sujeitos de direitos. Essas intenções ou movimentos, contudo, ainda não nos deslocam completamente da criação de sujeitos universais e, assim, esse uso do gênero como categoria de análise é aqui submetido a uma virada decolonial. Afinal, o que significa a ideia de um “tornar-se mulher” (Beauvoir, 2009) baseada na suposta realidade natural do sexo, em uma espécie de oposição corpo/mente ou corpo/alma? Esse tornar-se implica a ideia de uma “subjetividade impressa ao corpo”, ou uma “humanidade impressa ao corpo”, como se o gênero nos diferenciasse dos “não-humanos”? E precisamos realizar essa diferenciação? No marco da decolonialidade, o desfazimento da binariedade humanos/não-humanos se torna essencial e corpo, sexo, gênero e raça são categorias fundamentais para realizar esse procedimento e para, inclusive, ler como atribuímos sentido a homem e mulher não apenas dentro do sistema sexo/gênero, mas em um sistema de colonialidade que articula os três marcadores para dar diferentes sentidos aos corpos que categoriza (GOMES, 2018, p. 66).

Gomes (2018) afirma que para que se execute adequadamente uma análise decolonial é fundamental partir do pressuposto de que raça, classe e gênero são produzidos e se reproduzem de forma recíproca como construção moderna binária e que, em decorrência disso, quando um estudo latino-americano inclui o gênero como uma categoria de análise, deve torná-la mais complexa, tornando-a, para tanto, uma categoria de análise decolonial.

Mais do que falar de interseccionalidade de raça, classe e gênero, de analisar como essas categorias de opressão funcionam criando experiências diferentes, trata-se de analisar como essas categorias juntas, trabalhando em redes, são ao mesmo tempo causa e efeito d(n)a criação dos conceitos umas das outras. Isso significa dizer que a forma como compreendemos o gênero depende de como compreendemos a raça e a classe, e o contrário igualmente (GOMES, 2018, p. 71).

Mara Viveros Vigoya, professora negra colombiana, pesquisadora e doutora em Antropologia com experiência em pesquisas sobre raça, gênero e sexualidade, afirma em um de seus estudos (2009) que o racismo e o sexismo têm como característica em comum o potencial de naturalizar as diferenças e as desigualdades sociais em três pontos, pois eles: 1) recorrem ao argumento da biologia para justificar e reproduzir relações hierárquicas baseadas em diferenças fenotípicas; 2) associam profundamente o ser biológico e a realidade social, fixando o seu sentido no corpo, *locus* privilegiado de inscrição do caráter simbólico e social das culturas (KILANI, 2000; VIGOYA, 2009); 3) apresentam incongruências, de modo que, assim como o racismo, o sexismo representa as mulheres e outros como grupos como biológica e naturalmente predispostos à submissão a grupos tido como superiores (VIGOYA, 2009).

Em consonância à essa perspectiva, Figueiredo (2008) se apoia em Stolke (1991) para falar sobre como as sociedades ocidentais atribuem uma origem natural às desigualdades sociais, apontando como que esse mecanismo garante quase que uma ordem/desordem natural dos fenômenos sociais e que sexo, raça e classe são subprodutos de um mesmo discurso que visa legitimar práticas de dominação masculina racial e de classe nas sociedades ocidentais. (STOLKE, 1991; FIGUEIREDO, 2008).

Tais premissas nos auxiliam, pois, na compreensão de que forma o racismo, o classicismo e o sexismo permeiam os corpos de homens negros brasileiros. Uma vez que, enquanto homens negros, são vistos como insignificantes e subservientes, não somente pelo estigma racial, mas também pela classe em que ocupa e as ocupações que exercem no mercado de trabalho.

Ainda na seara dos estudos decoloniais, ao realizar uma tentativa de busca de um arcabouço teórico para tecer discussões que inferem sobre as masculinidades vivenciadas por homens racializados brasileiros, encontro, então, alguns percalços que podem atravessar a reflexão gerando dissonâncias teórico-práticas.

A primeira questão se dá pela centralização do discurso estadunidense na maior parte dos estudos publicados. Não se tratando apenas de autores e autoras nativos e nativas dos Estados Unidos, mas também daqueles que se encontram localizados em outros territórios diaspóricos e que compõem suas lentes teóricas pautadas principalmente em referenciais norte-americanos.

A partir disso, torna-se possível pensar diversos problemas que podem incorrer dessa situação, como: experiências distintas relacionadas às diferenças geográficas que incidem diretamente sob as divergências culturais; questões institucionais associadas às políticas sociais – ou seja: educação, saúde, assistência social e trabalho –, vivências históricas próprias ligadas aos processos históricos de cada região; dentre outros.

Cabe destacar, no entanto, que, ainda que os marcadores relacionados à classe, faixa etária e localização geográfica sejam diversos, produzindo consigo distintas experiências aos sujeitos, a partir do momento que o quesito raça faz referência a um indivíduo não branco – principalmente quando se trata das etnias presentes dentro do povo preto e do povo indígena – é sabido que ele, esse indivíduo, sofrerá com as consequências da discriminação racial.

Por certo, não importará o grau de escolaridade, o quanto ascendeu socialmente, ele sempre será racializado. Suas conquistas serão questionadas em meio a uma demonstração social de que é indiferente o quão próximo do ideal burguês e eurocêntrico se chegue, o local social do negro nunca será junto a eles.

Para fins didáticos, pensemos no exemplo a seguir: um homem negro, com todas as etapas do ensino formal completas, pós-doutorado realizado em universidade internacional, editor de revista científica, líder de grupos de pesquisa e docente em uma das maiores instituições de ensino federal do país.

Esse homem, nota-se, superou as estatísticas que anunciam a morte de um jovem negro a cada 23 minutos. Superou, também, aquelas referidas à baixa escolarização formal e situação socioeconômica precarizada, podendo, assim, ser visto como alguém que, hoje, faz parte do círculo de produção de alta cultura. Não obstante, a raça ainda se constitui como algo fundamental em sua vida, movendo e inspirando boa parte de sua produção acadêmica, tornando-o uma importante referência na ampliação dos estudos coloniais e libertários.

Essa pessoa, que acessa diversos espaços de privilégio, representa o exato retrato do professor Wallace dos Santos de Moraes, um dos únicos docentes negros a compor o corpo docente do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e que, mesmo com as características supracitadas, foi impedido de participar como membro de uma banca de admissão de professor adjunto sob a “argumentação” de alguns de seus colegas que inferiram ao Wallace os adjetivos de “brigão”, “desequilibrado emocionalmente”, “além de se vitimizar constantemente por ser negro” (O DIA, 2021). O professor, que demonstrou atender aos requisitos para compor a banca, ressaltou em suas falas que tais ações são fundamentalmente racistas.

O coordenador da banca, que foi endossado por outros professores, não chegou a me chamar de 'macaco', não chegou a jogar uma casca de banana em cima de mim. Mas usou argumentos subjetivos para me desabonar, apesar de eu ter sido indicado e preencher todos os requisitos acadêmicos e técnicos para estar ali. Isso não cabe na administração pública. Quando se usa esses tipos de argumentos, subjetivos, contra um professor negro do instituto, é uma forma de discriminação de cunho racista sim. Tem coisas que não precisam ser ditas para serem entendidas. [...] Costumo dizer para os meus alunos que, na nossa sociedade, o negro e o indígena são bem-vindos, desde que obedeçam, desde que sejam dóceis com seus patrões, seus mandatários. Se você

não se submete a esse padrão, as pessoas criam adjetivos para você, como 'desequilibrado', para desqualificá-lo. Isso acontece muito em nossa sociedade e nunca assumem que é racismo. Mas eu entendo que sim. Humilhar um corpo negro faz parte do cotidiano da sociedade brasileira (O DIA, 2021).

Não se trata apenas de uma demonstração de que o racismo enquanto um fenômeno social pode se sobrepor a outros marcadores, mas também de uma exemplificação nítida do que Bento (2002) traz ao discorrer a propósito do pacto narcísico no racismo e sobre como a branquitude, enquanto detentora de poder social, político e econômico, se configura como um dos principais agentes reguladores de quem ocupa quais lugares sociais. Neste caso, demonstra-se como ser negro torna insuficiente o fato de ser um homem em um sistema patriarcal ou não pertencente às classes baixas. De todo modo, o destino em evidência é a subordinação a uma minoria branca que detém capital político e social.

Partindo dessa teoria, para que possamos compreender a complexidade em pensar as masculinidades negras, é imprescindível não perder de vista que a perspectiva da colonialidade pode atravessar até mesmo os autores negros, não brancos, não ocidentais ou aqueles que, de alguma maneira, tornaram-se nomes recorrentes na expansão do pensamento decolonial.

Ir contra isso é não somente algo contra hegemônico, mas também essencialmente complexo uma vez que experienciamos o que Mignolo (2005, p.43) chama de dupla consciência ou consciência crioula. Essa experiência que mesmo que não reconheça como tal, celebra a mestiçagem por trazer uma falsa sensação de homogeneidade, algo fundamental para a formação do Estado-nação e que atinge de forma distinta populações negras, ameríndias e brancas, o que demonstra que “*se a consciência crioula branca se houvesse reconhecido como dupla, não teríamos hoje nem nos Estados no Caribe nem na América hispânica os problemas de identidade, de multiculturalismo e de pluriculturalidade que temos*” (MIGNOLO, 2005, p.43).

O autor também afirma que essa consciência não assumida por eles possa ter recebido influência da integração da América ao Ocidente, o que de alguma maneira fez com que passassem a se enxergar como europeus marginais, diferente dos negros, já que mesmo com a localização geográfica a África nunca foi parte do imaginário geopolítico ocidental, o que fez com que tanto os nativos africanos quanto os mestiços negros desenvolvessem uma dupla consciência diferente dos brancos (MIGNOLO, 2005, p. 44). Esse vestígio da colonialidade deixou sem sombra de dúvidas muitos rastros que perduram até hoje e que resultam na grande diferença de experiências vividas por esses grupos atualmente.

Em síntese, reflete-se aqui, pois, que mesmo que haja a intencionalidade de facilitar uma abertura ou dar continuidade a uma discussão que vislumbre a descentralização europeia, há,

comumente e apesar disso, o ato contraditório de analisar tendo como fundamento pensadores que experienciam e personificam tudo que entendemos como colonial.

Lander (2005) ao discorrer sobre o imaginário nos mostra como a ideia criada e imposta sobre diferentes grupos sociais implica diretamente sobre como eles serão visibilizados. Desta forma, compreendemos como o imaginário ocidental influencia direta e indiretamente em todos os outros povos e, por conseguinte, em seus feitos. Se continuarmos, porém, nos atendo às análises que mobilizam o que ou como sujeitos ocidentais enxergam os não ocidentais, sucumbiremos erroneamente ao “vício” de mantermos a utilização das lentes que o colonizador nos impôs.

Um exemplo disso está presente na pesquisa realizada, em Espírito Santo, por Leite e outros (2019), com 938 mulheres respondentes. Observou-se, de acordo com os relatos, que a maioria dos parceiros dessas mulheres possuem as seguintes características: idade inferior a 40 anos, cor parda, mais de 8 anos de estudo, ocupação profissional remunerada, com maior prevalência da violência física, seguida da sexual.

Durante a discussão a respeito desses dados, os autores afirmam que as características expostas pelo perfil são corroboradas por Santiago e outros (2015). De acordo com os autores, o objetivo desse trabalho era “traçar o perfil de homens que acessaram serviços de atenção primária da Zona Norte de Natal/RN e verificar o conhecimento da PNAISH por este grupo.” (SANTIAGO *et al.*, 2015, p. 430)

Com isso, é possível afirmar que a relação estabelecida por Leite e outros (2019) é equivocada e inconsistente, tornado o argumento dado algo que não se sustenta, já que o estudo não tem como objeto um perfil de agressores, mas sim o perfil de usuários que acessam aos serviços de atenção primária na capital paraense.

A partir disso, resta apenas a proposição do questionamento sobre quais poderiam ter sido as motivações para a inferência errônea de um dado, de modo a refletir sobre quais são/seriam as consequências de tal ato, uma vez que, com a apresentação de um informação inverídica atrelada a um grupo racializado – compreendendo, ressalta-se, o pardo enquanto parte constituinte da população negra, segundo os critérios do IBGE – obtém-se a produção e a disseminação de (des)informações pautadas não só em uma grave falha metodológica, mas também na perpetuação de um estereótipo racista em meio à ciência, à comunicação e à informação em saúde.

Outro exemplo, este internacional, em que a questão do atravessamento da colonialidade conseguiu interferir em críticas consideradas potencialmente revolucionárias e que teve impacto sobre a saúde física e mental de homens negros, encontra-se nos escritos de hooks

(1990), na citação feita por ela do caso que ficou mundialmente conhecido como *Central Park Five*.

Em abril de 1989, cinco jovens negros menores de idade, sendo quatro afro-americanos e um de ascendência latina, foram levados sob custódia policial, acusados de violentar sexualmente Trisha Meili, mulher branca, conhecida, após esse episódio, como “corredora do Central Park”. Os adolescentes, convém ressaltar, foram submetidos a cerca de 30 horas de interrogatório sem a presença de seus responsáveis.

Korey Wise, Kevin Richardson, Yusef Salaam, Antron McCray e Raymond Santana, foram, nesse processo, coagidos a confessar o crime por meio de colocações dos investigadores responsáveis que afirmavam que se eles dissessem a “verdade” seriam liberados e poderiam retornar às suas casas (CAPUANO, 2020). O caso logo se tornou midiático, coberto de maneira preponderantemente sensacionalista e, em 1990, calcada em uma análise crítica feminista de raça e masculinidade, hooks expõe que:

Ninguém pode realmente acreditar que os jovens negros envolvidos no incidente do Central Park não estavam envolvidos em um ritual suicida de uma masculinidade perigosa que acabará por ameaçar suas vidas, seu bem-estar. Se lermos novamente a peça de Michael Dyson “The Plight of Black Men”, focando especialmente na parte em que ele descreve a razão pela qual muitos jovens negros formam gangues – “o sentimento de pertencimento absoluto e amor insuperável” – é fácil entender por que os jovens e os homens negros são desesperados e niilistas. E é bastante ingênuo pensar que se eles não valorizam suas próprias vidas, vão valorizar a vida dos outros. É realmente tão difícil para as pessoas ver a conexão entre a constante glorificação pornográfica da violência masculina contra as mulheres que é representada, decretada e tolerada diariamente na cultura e o crime do Central Park? (HOOKS, 1990, p. 63, tradução livre).

No decorrer do processo judicial, foi evidenciado que não havia quaisquer evidências que incriminassem os jovens, uma vez que até mesmo o material genético (DNA) encontrado na cena do crime apresentava autoria desconhecida e incompatível com os acusados. Somente em 2001, porém, que o agressor sexual em série Matias Reyes assumiu a autoria do estupro e, a partir disso, em 2002, a esperança de que os cinco, agora já homens negros, seriam libertados se tornou concreta com a retirada das queixas (CAPUANO, 2022).

Sobre hooks (1990), pode se dizer que, mesmo a autora conhecendo o histórico de imputações de estupro aos homens negros inocentes nos Estados Unidos, ela não o considerou em suas hipóteses, principalmente ao endossar que esses jovens eram indubitavelmente culpados.

Expõe-se, desse modo, um exemplo de que mesmo os atuais referenciais racializados no campo de discussão sobre masculinidades, ao realizarem suas leituras com base em um arcabouço teórico ocidental – e, nesse caso, o feminismo que, ainda que dentro de um recorte

racial tem suas raízes teóricas eurocêntricas – apresentam-se potencialmente capazes de reproduzir os estereótipos racistas sobre os homens negros.

Essa menção revela uma outra problemática que reflete diretamente no campo epistemológico: as limitações do pensamento feminista negro para embasar análises sociológicas e/ou filosóficas de homens negros. O primeiro ponto da reflexão se dá pela centralização do discurso estadunidense na maior parte dos estudos realizados. Não se resumindo, apesar disso, aos autores e autoras nativos e nativas dos Estados Unidos, mas os que se encontram localizados em outros territórios diaspóricos e que compõem suas lentes teóricas principalmente em referenciais norte-americanos.

Cabe aqui enfatizar sobre os diversos problemas que podem incorrer dessa situação e que já foram citados anteriormente. Como exemplo, cita-se aqui o uso recorrente – e muitas das vezes equivocado – da explanação de Davis (2017) sobre a localização da mulher negra como base da pirâmide social para explicar os processos socioeconômicos brasileiros. Dessa forma, inclui-se na discussão, erroneamente, os homens negros, quando, na verdade, a autora utilizou o conceito de pirâmide para explicar as relações que envolvem mulheres brancas e mulheres negras.

Com o propósito de elucidar de que maneira as mulheres brancas de classe média se beneficiam das conquistas de suas irmãs da classe trabalhadora e de minorias étnicas, tentamos visualizar uma pirâmide simples, dividida horizontalmente de acordo com a raça e classe social de diferentes grupos femininos. As mulheres brancas se situam no alto - primeiro as mulheres da burguesia, sob as quais colocamos as das classes médias e, depois, as da classe trabalhadora. Na parte mais baixa estão localizadas as mulheres negras e outras mulheres oprimidas racialmente que em grande maioria vêm de classe trabalhadora. Quando aquelas no ponto mais alto da pirâmide obtêm vitórias para si mesmas, geralmente a condição de todas as outras permanece inalterada. [...] Mas ao contrário, se aquelas no ponto mais baixo da pirâmide conquistam avanços para si mesmas, é praticamente inevitável que seu progresso empurre o conjunto da estrutura para cima. O avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressistas para todas as mulheres (DAVIS, 2017, p.36).

Tal colocação – mulheres negras *versus* homens negros – difundida popularmente se mostra extremamente inadequada quando já existem dados publicados que demonstram que os homens negros brasileiros são os que menos acessam a educação formal, que mais se encontram em um quadro de desfiliação e situação de rua, bem como são os que ocupam o topo do *ranking* de óbitos no Brasil.

O equívoco, nesse caso, advém do senso comum que imputa ao homem negro o lugar de beneficiário do sistema patriarcal tal qual o homem branco. Esse argumento vem sendo intensamente combatido por diferentes autores (HOOKS, 1990; FANON, 2008; DAVIS, 2016; NASCIMENTO, 2016; VIGOYA, 2018).

Seja pelo estigma de um corpo hipersexualizado ou pelo estereótipo de uma besta violenta pronta para matar e violar mulheres brancas, o histórico de massacres aos grupos negros relacionados à perpetuação do mito estuprador negro evidencia a vulnerabilidade a que eles estão submetidos. Além disso, a manutenção desses estigmas fomenta a ideia de não importância de suas vidas, tolhendo-lhes inúmeras oportunidades em diferentes âmbitos: seja o direito de acessar e ocupar os mesmos lugares sociais e de poder que os sujeitos brancos, ou até mesmo o simples direito de envelhecer, que é retirado com a redução da expectativa de vida em decorrência dos altos índices de homicídios liderados por jovens negros de classes populares.

São estigmas como esses que alimentam os argumentos de que não há motivos para se preocupar com a saúde dos homens negros, relacionando o uso de violência à invencibilidade e resistência acima dos demais. De modo que, assim, concebe-se o corpo masculino negro um corpo que nunca adoece nem padece, tornando, para ele, desnecessária a busca por serviços de saúde. Justifica-se, dessa maneira, a improdutividade de novos dados, limitando as informações, a comunicação e reproduzindo discursos que fortalecem a invisibilidade social desse grupo.

Posto isto, essencialmente, urge a necessidade de uma produção concisa de dados atualizados que explicitem os contextos vivenciados por homens negros, como também de escritos de autoria masculina cujo objetivo seja, nomeadamente, a demarcação de suas experiências enquanto humanos, localizados geograficamente e racialmente, de forma semelhante a que encontramos, atualmente, em exemplos de mulheres negras. Tal estratégia pode ser potencializada pelas ferramentas da Comunicação, dando voz e visibilidade a esses sujeitos, possibilitando, desse jeito, a geração de novas redes de ampliação do conhecimento.

Deixar a produção de conhecimento a cabo de indivíduos não negros é permanecer suscetível ao velho complexo de superioridade, em que o negro só é inferior porque é fruto do processo de inferiorização de seu algoz. Como expresso por Fanon (2008, p. 90): “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”.

Essa nova forma de refletir sobre quem escreve e analisa o outro, e nesse caso as masculinidades negras, tem ganhado espaço na produção do conhecimento e foi anteriormente apontada por Thürler (2018) e Thürler e Medrado (2020) como “saberes de desaprendizagem” que nos sugerem que os horizontes dessas masculinidades em disputa são pensados como uma categoria operacional.

A respeito do novo conceito aqui apresentado, o autor é enfático ao discorrer sobre o potencial trazido por tal proposta:

A questão que nos desafia consiste em sermos capazes de reconhecer que os “saberes de desaprendizagens” podem ser entendidos como ativismos, produção teórica, dinâmicas culturais emergentes, ações emancipatórias e revides contemporâneos poéticos que fomentam espaços, caminhos de resistência e superação das perspectivas eurocêntricas de interpretação da realidade brasileira; subsídios fundamentais na reorganização e na reforma do pensamento social e podem transformar formas sociais dominantes ao ampliar os locais de contestação e a gama de capacidades sociais necessárias. [...] Os “saberes de desaprendizagem” dialogam sem limitação teórica ou interpretativa e se nutrem de forças políticas de enfrentamento a uma série de opressões sociais, culturais e epistemológicas construindo uma produção do conhecimento sempre aliada a projetos políticos e artístico-poéticos decoloniais. Desaprender a hierarquizar as diferenças, mas, também, torná-las posições políticas aliadas, com compromisso com a visibilização das identidades subalternizadas (THÜRLER, 2018, p. 14).

O rompimento com a lógica de produção acadêmica cuja praxe é a utilização de obras clássicas de autores que se apresentam cobertos pelo “manto da neutralidade científica” e que, além disso, não vivenciam experiências similares àqueles considerados como seu objeto de estudo torna-se fundamental para uma produção de conteúdo que abarca as demandas e as singularidades experienciadas por homens racializados.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

De forma primária, a ideia desta investigação era a de compreender, por meio da análise de estudos e documentários, o que tem sido produzido no Brasil acerca da saúde dos homens negros. A escolha do gênero audiovisual se deu pela expectativa de encontrar, nesse formato, conteúdos com maior proximidade à realidade vivenciada por esses indivíduos.

Diante da escolha inicial, fez-se necessário optar entre os possíveis bancos de dados para a análise. Para tanto, em relação aos estudos, foram cogitados o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e o Portal de Periódicos da CAPES. Para os recursos audiovisuais, as alternativas circundavam o Canal Saúde e a VídeoSaúde, ambas iniciativas da Fundação Oswaldo Cruz indiretamente relacionadas ao MS.

Em primeira instância, a questão em relação à escolha do banco de dados para as pesquisas e investigações foi solucionada. Assim, o Portal de Periódico da CAPES foi escolhido como fonte de pesquisa após ponderações que levaram à consideração de que os recursos disponibilizados pelas ferramentas de busca do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES poderiam vir a ser limitantes. Isto é, ele é estruturado com apenas uma barra de busca onde o usuário insere, de forma discursiva, o termo que deseja investigar; como resultado, diversas publicações, inclusive aquelas que podem estar além do escopo do estudo, são apresentadas pelo sistema como resultado. Ou seja, a ferramenta fornece aos usuários todo arquivo que contém ao menos uma das palavras que foram digitadas na barra de pesquisa.

Além disso, dentre os filtros apresentados, não há possibilidade de buscar por assunto, título ou palavra-chave, o que demanda do pesquisador maior empenho e esforço em selecionar os itens que se encontram dentro dos critérios de elegibilidade e que poderão ser mais bem aproveitados na análise dos itens encontrados na etapa posterior.

Desta forma, ao adentrar o Portal de Periódicos da CAPES, tive de recorrer à ferramenta de busca avançada da plataforma, inserindo de forma discursiva os termos previamente definidos. Assim, foram utilizados os termos “saúde do homem”, “saúde do homem negro”, “masculinidades” e “masculinidades negras” como assuntos, sempre selecionando os campos “contém” e “ou” para melhor localização dos itens.

A combinação de todos os termos empregados simultaneamente gerou o resultado de 1671 arquivos. Mediante a isso, foram estabelecidas as etapas de busca para geração de dados comparativos a fim de entender quais termos resultavam em mais itens localizados, bem como

compreender quais descritores apresentavam resultados mais alinhados com o objeto empírico da pesquisa.

A primeira etapa repetiu o processo utilizando todos os termos, já a segunda etapa incluiu somente os termos sem marcador étnico. A última etapa, por sua vez, considerou apenas os descritores com a presença do marcador étnico – saúde do homem negro e masculinidades negras – e, a partir dela, pode-se coletar e analisar dados quantitativos sobre as publicações.

Assim sendo, foi possível observar que somente 4 itens encontrados apresentavam marcadores que utilizavam palavras-chave semelhantes aos termos “negro”, “negros”, “preto” ou “pretos” em suas investigações e que, dentre eles, apenas 2 possuíam, de fato, uma discussão racializada sobre a temática das masculinidades, ao tempo que nenhum deles pautava a saúde de forma racializada.

Para a busca no catálogo da distribuidora VideoSaúde por intermédio do Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde (BRAVS) foram analisados os termos de busca disponíveis no acervo e selecionados somente os descritores que apresentavam relações primárias com questões afins à saúde masculina com ênfase em homens negros. A partir disso, então, o resultado correspondeu a dois termos: “população negra” e “saúde do homem”.

Seguinte a isso, foi utilizado o campo “Gênero”, selecionado a opção “Documentário”, no campo país de produção o “Brasil” foi escolhido e o assunto com os termos descritos acima acrescido do “+” entre cada um. Com isso, somente 1 resultado foi registrado.

Nesse processo, as etapas seguintes contariam com a realização da leitura do título e da descrição, buscando, desse modo, compreender se o material selecionada apresentaria características que pudessem sugerir um potencial para inclusão e execução da análise fílmica do conteúdo integral do recurso audiovisual caso esse contemplasse os critérios de elegibilidade.

Para a análise integral do documentário localizado, seria lançado mão do método de análise fílmica. Sobre ele, baseei-me em Penafria (2009), que afirma que o método diz respeito ao processo de decomposição de um filme, enquanto Vanoye e Goliot-Lété (2006) complementam discorrendo que analisar uma obra audiovisual requer o cumprimento de duas etapas essenciais: decomposição – ou descrição – e, posteriormente, o estabelecimento e a compreensão das relações entre os elementos previamente decompostos, gerando, por fim, uma interpretação (VANOYE e GOLIOT-LÉTÉ, 2006; PENAFRIA, 2009; RABELO *et al.*, 2019).

Essa forma de análise tem sua fundamentação em um aporte teórico relacionado à linguagem e às teorias do cinema-documentário, segundo o gênero do audiovisual, compreendendo a narrativa do filme e a sua composição enquanto produto final. Para realizá-

la, é preciso considerar os aspectos internos e externos ao filme: os aspectos internos estão relacionados aos elementos da linguagem audiovisual que irão esculpir o produto, enquanto os aspectos externos referem-se às temporalidades (MOMBELLI e TOMAIM, 2015).

Após o processo de qualificação do projeto de pesquisa, no entanto, foi necessário refletir sobre o que seria produzido a partir dessa escolha metodológica e os rumos da investigação. Foi preciso pensar em que lugar, de fato, chegaria a minha pesquisa, dispendendo esforço e tempo limitado para analisar um recurso sobre saúde sexual e reprodutiva, de 13 minutos de duração, que nem sequer faz menções em sua descrição ou em suas palavras-chave às discussões que envolvem a intersecção entre gênero e raça.

Nesse ponto, uma série de inquietações surgiram a respeito do propósito da pesquisa, no que ela poderia contribuir para além do substancial com a visibilização e ampliação das discussões sobre gênero e raça na saúde e nas políticas de comunicação.

O que muda, afinal, ao fazermos somente apontamento acerca das ausências? Quem se beneficia com a manutenção do discurso da escassez sem a devida reflexão sobre como ela é criada? Por fim, como as fontes de informação são moldadas para inviabilizarem os achados sobre a saúde de homens negros no Brasil?

4.1. Problematizando a construção metodológica

Os questionamentos anteriores me auxiliarem a formatar e direcionar as ideias que foram erguidas, aglomerando-as como as angústias que estavam centradas em três problemáticas: as diferentes formas de busca encontradas nos sistemas do portal de Periódicos da CAPES e da BRAVS comprometiam a fidedignidade da pesquisa, tornando-a extremamente frágil e inconsistente; a localização de somente um recurso audiovisual que não apresentava potencial discursivo para debater a saúde de homens de forma racializada limitaria o estudo a abordagem da ausência, sem contemplar a motivação para a falta de produção de materiais que discutam a saúde dos homens negros brasileiros; a utilização de tempo e energia executando a análise fílmica do referido documentário reduziria o espaço da problematização sobre como as ferramentas de busca dos acervos são construídas de forma a apagarem a existência de materiais potentes que discutam sobre os efeitos deletérios observados na intersecção entre raça, gênero e classe.

4.1.1. Resignificando a pesquisa

Em um cenário cujos resultados primários não seriam suficientes para o aprofundamento da discussão proposta inicialmente, tornou-se necessário parar e redesenhar o percurso da investigação.

Conseqüentemente, a pesquisa que antes seria sobre a análise de um material audiovisual foi remodelada e, para que uma nova estrutura fosse construída, foi preciso refletir sobre o percurso até então percorrido e sobre o que, afinal, os resultados mostravam.

Esse momento pode ser ilustrado pelo esquema do Arco de Maguerez, que serve de base para Metodologia da Problematização de Berbel (1995), em que é possível notar as etapas percorridas da elaboração do problema até a prática.

Figura 1 – Arco de Maguerez



Fonte: Bordenave e Pereira (1989) *apud* Colombo e Berbel (2007).

Em linhas gerais, Berbel (1995) discorre sobre como uma pesquisa acontece a partir de um determinado aspecto da realidade, sendo o primeiro a observação da realidade e a definição do problema. A autora define essa etapa como o início de um processo de apropriação das informações pelos pesquisadores que passam a observar a realidade em si e a perceber as características, para, então, possibilitar a transformação da realidade observada. (BERBEL, 1995; COLOMBO; BERBEL, 2007).

Nesse sentido, a identificação do problema centrou-se nas ausências e no esquecimento de homens negros brasileiros nas publicações do campo da saúde encontradas nos acervos

selecionados pelo estudo. Tornou-se, diante disso, evidente a pouca preocupação com esse grupo.

Como pontos-chave, pode-se considerar os dados que se tem até o momento: a localização de um único material no acervo da VídeoSaúde que se propõe a discutir a saúde masculina, contudo, sem o referencial racial; os resultados da busca no Portal de Periódicos da CAPES apresentaram somente duas publicações cujo objeto são as masculinidades negras, porém, sem o aporte do diálogo sobre suas condições de saúde.

Tal questão nos revela sinais das distintas dimensões dos atravessamentos gerados pelo sexismo e pelo racismo estrutural, ao notar que, ainda que de forma precária, os homens são lembrados pelas publicações da saúde; a relação de subalternidade, nesse caso, apresenta-se com o recorrente discurso universalizante do homem enquanto homem branco e, portanto, não racializado.

A teorização me fez retornar às estatísticas e aos referenciais bibliográficos para compreender as relações entre eles. O resultado dessa reflexão foi dividido em duas partes.

A primeira, no Capítulo 2, por intermédio da articulação sobre o que sabemos hoje sobre os índices de morbimortalidade dos homens negros brasileiro. A segunda parte, localizada no Capítulo 5, está inserida na discussão sobre como as ferramentas de busca dos repositórios estão alinhadas com a política de invisibilidade que assola os homens negros.

De acordo com Berbel (1995), a quarta etapa, nomeada como Hipóteses e Solução, funciona aqui não somente como uma fase, mas como o retrato da presente Dissertação. Isso ocorre pelo fato dessa pesquisa focar no processo e, também, na problematização do processo.

Os resultados apresentados e analisados são partes do próprio decorrer da execução da busca incessante por itens que demonstrassem um interesse ou uma iniciativa, ainda que mínimos, pautados nas políticas de comunicação em saúde com o intuito de visibilizar as demandas e especificidades do cuidado em saúde, trazidas pela intersecção entre raça, gênero e classe.

Com isso, a dimensão prática da análise fílmica cedeu lugar para a dimensão filosófica, centrada na problematização e no amadurecimento dos dados primariamente obtidos, para que seja possível compreender como a política de invisibilidade é concebida.

4.2. O novo desenho da investigação

A partir dos apontamentos supracitados, adotam-se novos rumos à pesquisa e, dessa maneira, inicia-se uma busca a fim de tecer relações sobre como as diferentes ferramentas de

busca analisadas podem contribuir com o esquecimento de homens negros e suas demandas sociais, em principal aquelas que se relacionam com o cuidado em saúde.

As políticas de comunicação em saúde a partir desse momento passam a ter um papel fundamental para a visualização de como determinadas pautas são fomentadas ou invisibilizadas dentro de nossa política pública de saúde.

Para ilustrar com maior precisão ao que me refiro, valho-me, pois, de um trecho da obra de Stevanim e Murтинho (2021).

[...] os direitos são plenamente exercidos apenas quando envolvem a integralidade das três dimensões (civil, política e social). Não há saúde sem condições democráticas para a participação nas decisões que influenciam toda a coletividade, bem como não é possível garantir bem-estar físico, mental e social sem o exercício do direito a voz e a ser ouvido quanto a seus anseios, demandas e opiniões. Portanto, os direitos são interdependentes e emanam da vontade popular, embora por vezes haja um abismo entre o que se reivindica e o que é concretizado, ou ainda entre o estatuto legal e a realidade. Outro requisito é seu caráter universal, pois, se há seres humanos que deixam de exercer algum dos direitos, mantém-se o espaço do arbítrio e da injustiça – embora se faça necessário reconhecer e promover direitos específicos diante de determinadas condições vivenciadas, por exemplo, por minorias (STEVANIM e MURTINHO, 2021, p. 20).

Os autores também enfatizam que a promoção do direito à comunicação é fundamental para assegurar o exercício da cidadania e a participação popular, sendo esses princípios constitutivos do nosso sistema único de saúde e uma das reivindicações sociais prioritárias há mais de 30 anos.

Ao longo dos anos, foi possível notar que alguns grupos puderam avançar nesse quesito por intermédio da movimentação social, como as mulheres, que tiveram importantes conquistas na atenção à saúde por meio da articulação e pressão social.

Nesse sentido, vale citar, em conjunto, as conquistas do MNU que resultaram na criação de uma política de saúde focal nacional. Não obstante, as mulheres negras envolvidas nas movimentações somaram esforços a esses movimentos e ultrapassaram limites estabelecidos anteriormente com representações como de Jurema Werneck para falar de comunicação em saúde a partir do movimento feminista negro. Suas demandas foram apresentadas a partir da perspectiva da interseccionalidade, que demonstrou as diferentes problemáticas geradas a partir do cruzamento dos espectros de raça, gênero e classe.

Levantar essa bandeira nos permitiu a dissociação do conto da universalidade ou da história única, mostrando que, ainda que identificadas pelo mesmo gênero, mulheres racializadas e não racializadas passam por diferentes processos histórico, políticos e sociais.

Cabe dizer, dessa forma, que a partir da facilitação daquelas que vieram antes de mim, posso explorar, hoje, as subjetividades incutidas no processo de vida e adoecimento, físico e

emocional, de homens negros. É preciso, pois, tornar evidente a necessária compreensão de que, assim como com as mulheres, homens racializados e não racializados enfrentem diferentes processos para alcançar o direito de exercício da participação social.

Atualmente, podemos contar com iniciativas autônomas sem vínculos com a produção estatal que discorrem sobre as vivências e experiências do homem negro no Brasil. No entanto, sabe-se que essas poucas iniciativas não conseguem alcançar o público que mais necessita. Por fim, não podemos, convém dizer, valer-nos dessas ações para isentar o poder público e o SUS do cumprimento de suas respectivas responsabilidades com a saúde pública e coletiva brasileira.

Isto posto, a presente pesquisa doravante estará centrada em refletir sobre qual o lugar atual das políticas de comunicação em saúde em prol da atenção à saúde masculina negra a partir das publicações em dois acervos que possuem relação direta com os ministérios do Governo Federal, principalmente a VideoSaúde, que atua como divulgadora de informações científicas sobre saúde para a população não acadêmica.

5. IMPACTOS NA PESQUISA

Neste capítulo, busquei explorar, de forma ampliada, os resultados obtidos durante a etapa de levantamento em ambos os acervos, possibilitando não somente a análise dos dados, mas também a construção de uma discussão sobre como as experiências que as plataformas viabilizam aos usuários podem interferir nas conclusões de pesquisas.

Por serem bancos de dados distintos tanto no funcionamento quanto em objetivos, as percepções foram difundidas em dois eixos. Deste modo, cada um deles terá a possibilidade de apresentar as especificidades de cada ferramenta de busca e recuperação de informação. Essa escolha foi fundamental para a efetuação do alinhamento metodológico da pesquisa, visto que, por possuírem manuseios divergentes, não seria possível empregar o mesmo método de busca em ambas as plataformas.

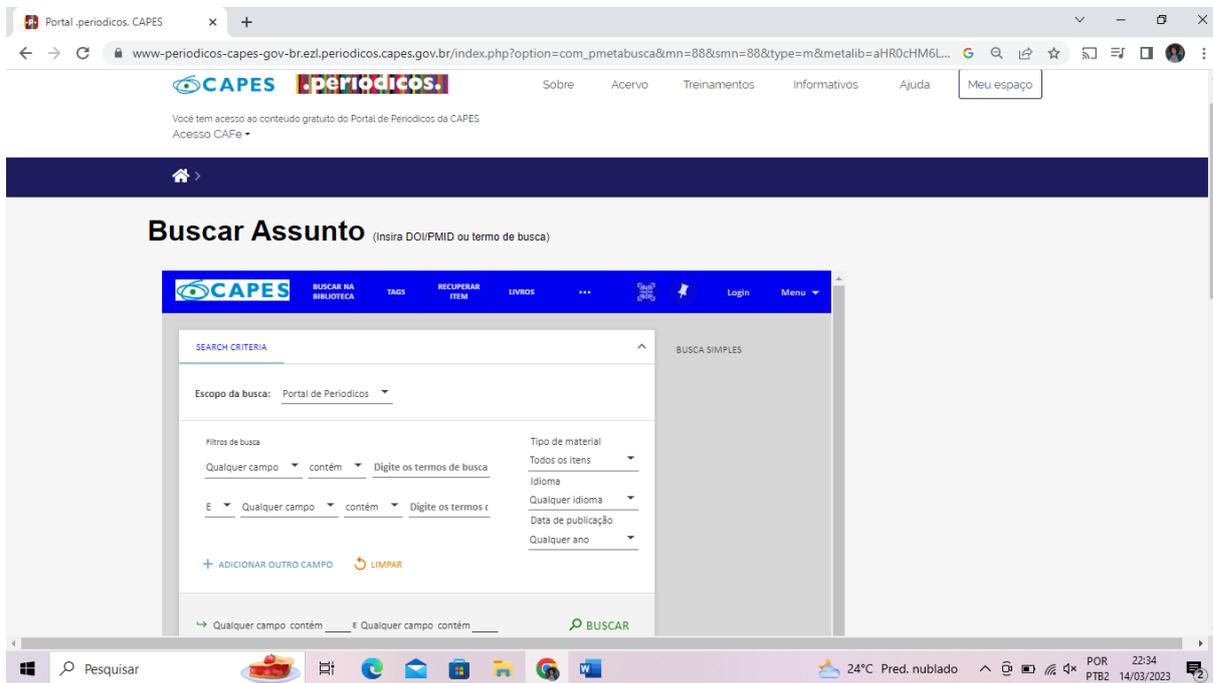
5.1. Apontamentos sobre o funcionamento da busca avançada do Portal de Periódico da Capes

Para compreensão do cenário brasileiro acerca da produção acadêmica e científica referente à temática da saúde do homem negro, estabeleceu-se a primordialidade de produzir um levantamento bibliográfico. A organização e execução desse processo revela-se na Figura 2.

Em vista disso, elegeu-se, como banco de dados da revisão, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O critério utilizado para a escolha desse indexador diz respeito ao fato dele ser um dos maiores acervos científicos virtuais brasileiro, que engloba e disponibiliza obras produzidas em território nacional, como também as que são assinadas com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Até o momento dessa investigação, o Portal já conta com mais de 49 mil periódicos com textos completos e 455 bases de dados de conteúdo diverso, dentre elas: referências, patentes, estatísticas, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, livros e obras de referência (BRASIL, 2020).

Figura 2 – Interface da busca avançada da plataforma do Portal de Periódicos da CAPES.

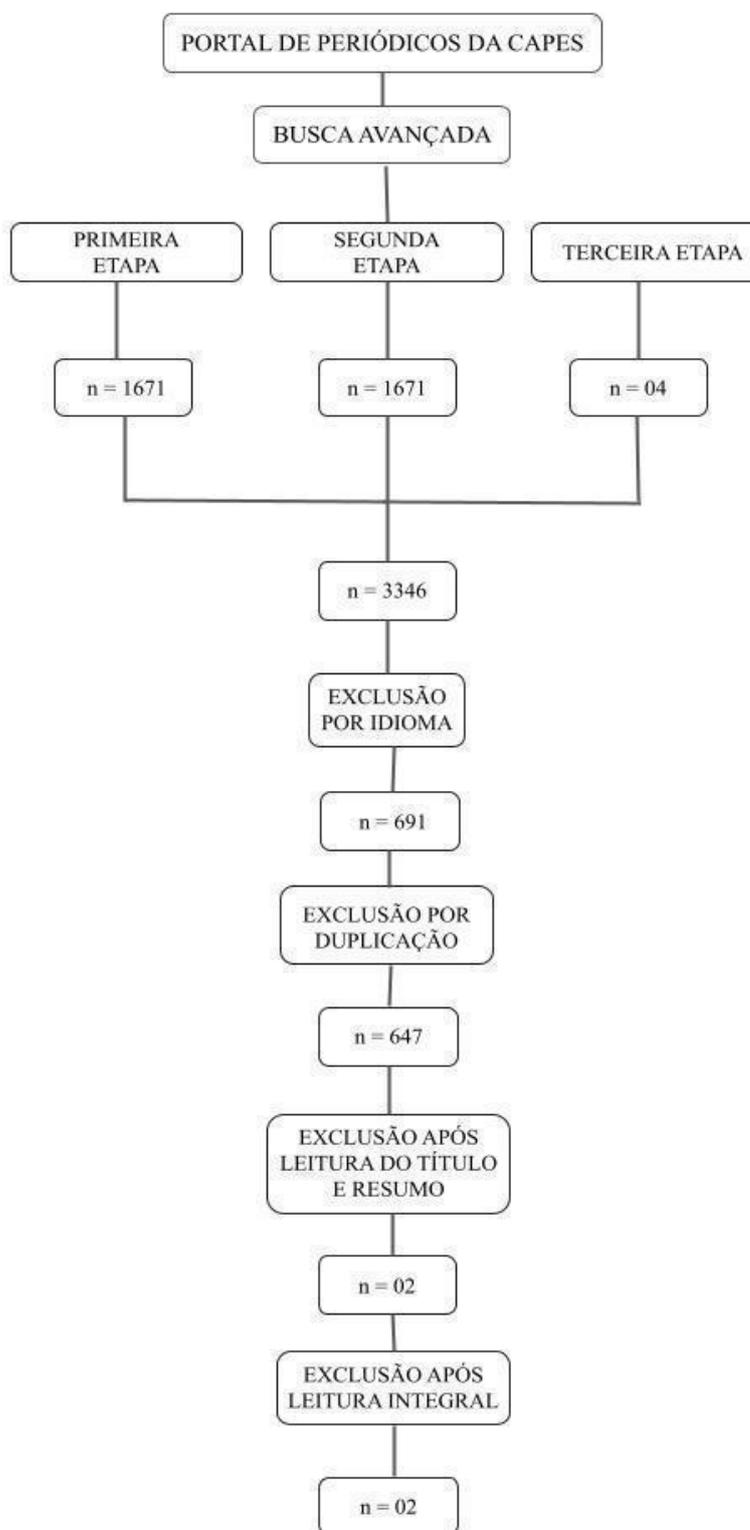


Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Frente a isso, especificou-se os critérios de elegibilidade e exclusão: publicações realizadas nos últimos 30 anos; disponibilizados no idioma português; e a discussão das temáticas da saúde do homem e/ou masculinidades a partir de uma reflexão centrada em uma perspectiva racializada e de gênero.

Para a busca, foi utilizada a ferramenta de busca avançada em três etapas: 1) empregando aos campos a opção “Assunto” e “Contém” e “Ou”, com a utilização dos termos “saúde do homem negro”, “saúde do homem”, “masculinidades negras” e “masculinidades”; 2) aplicando somente os termos “saúde do homem” e “masculinidades”; 3) utilizando somente os termos “saúde do homem negro” e “masculinidades negras”.

Figura 3 – Organograma do processo de revisão identificando o número de itens restantes após cada etapa segundo os critérios de elegibilidade.



Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Por consequência, o resultado da primeira etapa da busca resultou em 1671 itens. A partir disso, foram analisadas as categorias e os filtros presentes a fim de compreender quais demonstravam maior frequência, gerando, desse modo, os seguintes dados: os artigos como documentos de maior ocorrência; dentre os assuntos, “Masculinidade” e “*Masculinity*”, ocuparam o primeiro e segundo lugar respectivamente; predominância de textos em inglês; por fim, indexação no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ).

Tabela 01 – Resultado da busca utilizando os termos com e sem a inserção do recorte étnico-racial.

<i>Categoria</i>	<i>Filtro</i>	<i>Fr</i>
Tipo de recurso	Artigos	1642
	Dissertações	14
	web resources	10
	Resenhas	2
	Capítulos de livro	2
	Relatórios	1
Assunto	Masculinidade	479
	Masculinity	470
	Masculinidades	395
	Saúde Do Homem	335
	Masculinidade	328
	Gender	222
	Género	192
	Masculinities	191
	Gênero	156
	Public Aspects Of Medicine	109
	Public, Environmental & Occupational Health	83
	Nursing	80
	Social Sciences	80
	Enfermagem	80
	Men's Health	76
	Men	76
	Salud Del Hombre	74
	Medicine	69
	Feminism	68
	Homens	66
Data de criação	1995 - 2022	1642
Coleção	DOAJ Directory of Open Access Journals	1.475
	Latindex	864
	ROAD: Directory of Open Access Scholarly Resources	767
	SciELO Brazil	407
	SciELO Mexico	76
	Medline Complete	68
	SciELO Colombia	65
	SocINDEX with Full Text	65
	Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)	56
	UAB Digital Repository	52
	Academic Search Premier	46
	SciELO Costa Rica	33
	SciELO Argentina	25
	SciELO Chile	16
	SciELO Portugal	15
	Freely Accessible Journals	14
	PUCRS Institutional Repository	12
	Single Journals	10
	SciELO Uruguay	10
	Revistas PUCP	9

	Inglês	1027
	Espanhol	727
	Português	689
Idioma	Catalão	41
	Francês	12
	Alemão	2
	Italiano	1
	Basco	1
<hr/>		
	Cadernos De Saúde Pública	23
	Cadernos Pagu	22
	Ciência & Saude Coletiva	65
	Escola Anna Nery Revista De Enfermagem	25
Título do periódico	Estudos Feministas	63
	Masculinidades Y Cambio Social	41
	Prisma Social	24
	Revista De Pesquisa, Cuidado É Fundamental	124
	Revista Estudos Feministas	31
	Ventana	23

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Ao realizar a segunda etapa, entretanto, foram exibidos também 1671 itens. Intuindo conceber melhor os dados, foram identificados estudos segundo seus respectivos títulos e descrições. Desse modo, foi possível observar que os itens apresentados eram os mesmos evidenciados na etapa anterior.

No decorrer da terceira etapa, porém, ao pesquisar utilizando somente os termos “saúde do homem negro” e “masculinidades negras”, resultou-se na aparição de somente 4 itens, todos unanimemente artigos, dois com publicação em língua portuguesa e o mais antigo datado em 2008.

Tabela 02 – Resultados da busca utilizando os termos com recorte étnico-racial.

<i>Categoria</i>	<i>Filtro</i>	<i>n</i>
Tipo de recurso	Artigos	4
Assunto	Masculinity	4
	Masculinidades Negras	2
	1900-1999	2
	Feminismo Negro	1
	Chilean Literature	1
	Collins, Patricia Hill	1
	Ensino Médio	1
	Artigos	1
	Cine Negro	1
	Feminism	1
	Brazilian Literature	1
	Blackness	1
	Black Experience	1
	Diáspora	1
	Carlos Hugo Christensen	1
	African American Women Writers	1
	Binding	1
	Boys	1
Blacks	1	
American Literature	1	
Data de criação	2008 - 2020	4
Coleção	DOAJ Directory of Open Access Journals	3
	Latindex	2
	ROAD: Directory of Open Access Scholarly Resources	2
	SciELO Brazil	1
	SciELO Chile	1
Idioma	Espanhol	4
	Português	3
	Inglês	3
Título do periódico	Atenea	1
	Atenea: Revista De Ciencia, Arte Y Literatura De La Universidad De Concepción	1
	Cs	1
	Estudos Feministas	1
	Imagofagia	1
	Revista Cs	1
Revista Estudos Feministas	1	

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Tabela 03 – Artigos localizados segundo seus autores, título, revista e idioma.

<i>Autoria</i>	<i>Título</i>	<i>Revista</i>	<i>Ano</i>	<i>Idioma</i>
Giugliani, B	Vida que não merece viver: Articulações sobre abandono escolar e masculinidades negras	CS	2020	Português, inglês e espanhol
Conrado, M.; Ribeiro, A.	Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate	Estudos Feministas	2017	Português, inglês e espanhol
Carreño Bolívar, R.	Es peligroso ser pobre, amigo': Clase, masculinidades y literatura en las representaciones artísticas de Santa María de Iquique	Revista De Ciencia, Arte Y Literatura De La Universidad De Concepción	2009	Português, inglês e espanhol
Janin, A.	Hombres de negro. Masculinidad y film noir en La trampa (de Carlos Hugo Christensen)	Imagofagia	2015	Espanhol

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A execução da pesquisa em três etapas distintas revelou que as publicações que correspondiam às temáticas da saúde do homem negro e das masculinidades negras não foram incluídas pelo mecanismo de busca avançada da plataforma, fazendo com que o usuário tenha que refinar ainda mais seus termos de busca para encontrar tais resultados.

Após a etapa de leitura integral do conteúdo, o artigo de Carreño Bolívar, R. (2009) foi descartado por não realizar uma reflexão racializada acerca das masculinidades apresentadas e não estar relacionado com a temática desta investigação, visto que o estudo utiliza frequentemente o termo “negro” em seu texto para se referir somente as colorações das roupas utilizadas. Evidencia-se, diante da leitura, que a ferramenta o considerou relacionado por citar em sua descrição a obra *Santa María de las flores negras*.

Após este primeiro momento, os artigos foram analisados em prol da compreensão dos objetos empíricos, objetivos e abordagens utilizadas. Notou-se, assim, que além dos homens negros serem os objetos centrais, suas masculinidades foram analisadas pelos autores de formas distintas, podendo isso ser observado na Tabela 04.

Tabela 04 – Conteúdo apresentado pelos artigos analisados integralmente

Autoria	Título	Objetivo	Abordagem	Objetos
Giugliani, B. (2020)	Vida que não merece viver: Articulações sobre abandono escolar e masculinidades negras	Explorar de forma crítico-interpretativa de que maneira o racismo, as relações de poder e a discriminação racial estão presentes e/ou acontecem na escola; analisar a construção social das masculinidades nesse contexto; assim como os processos cotidianos que levam esses rapazes a abandonarem a escola no ensino médio.	Qualitativa	Adolescentes negros em idade compatível para cursar o ensino médio e que evadem o sistema educacional.
Conrado, M.; Ribeiro, A. (2017)	Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate	Analisar as masculinidades negras a partir do feminismo negro; apontar para a viabilidade de reflexões e narrativas para o estudo das masculinidades negras interseccionalizando raça, gênero, classe e sexualidade no Brasil.	Qualitativa	Homens negros a partir olhar do Feminismo negro e dos conceitos de Blackness, Black Experience e Interseccionalidade.
Carreño Bolívar, R. (2009)	Es peligroso ser pobre, amigo': Clase, masculinidades y literatura en las representaciones artísticas de Santa María de Iquique	Determinar a eficácia ou pertinência da literatura na representação do sujeito masculino popular.	Qualitativa	Homens das classes populares e trabalhadora, sem menções a aspectos étnicos-raciais e por conseguinte sem uma reflexão racializada.

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Giugliani (2020) focou em relacionar teoria e dados sobre determinantes sociais que pudessem explicar a evasão escolar. Objetivou-se, assim, a explorar de que forma o racismo, as relações de poder e a discriminação racial ocorrem no ambiente formal de aprendizagem. Desse jeito, estabeleceu-se uma relação entre essas questões e os processos cotidianos que levam esses jovens homens negros à evasão do sistema educacional durante o período do ensino médio.

Já Conrado e Ribeiro (2017) enfatizam aspectos mais conceituais, valendo-se dos conceitos de *blackness*, *black experience* e interseccionalidade, afirmando, de tal modo, que os dois primeiros não apresentam em si a pretensão de “instituir um determinismo da experiência, e, sim, se opor à separação literal entre vivência e linguagem, “experiência” e conhecimento sobre a experiência” (CONRADO e RIBEIRO, 2017, p. 77).

Além disso, há o uso para conceber um “ponto de vista privilegiado” sobre realidades singulares, sendo considerados como meios para a transgressão intelectual que potencialmente venham a criticar perspectivas masculinizadoras pautadas em noções de identidade e vivência histórica coletiva (CONRADO e RIBEIRO, 2017).

No caso da interseccionalidade, o conceito é apresentado como um potencializador para as discussões das masculinidades negras por descentralizar o quesito raça e mobilizar as demandas relacionadas ao gênero, à classe, à sexualidade e à nacionalidade.

De forma geral, o que foi possível observar a partir da leitura dessas publicações é que os pesquisadores vêm buscando compreender os atravessamentos que incidem sobre o homem negro e que possuem relação sobre como suas masculinidades são vistas e exercidas.

Além disso, no que tange a busca ter apresentado somente itens que abordam as masculinidades, mas nenhuma que se refere à saúde dos homens negros, senti que era necessário não apenas documentar a lacuna de publicações, mas também buscar sobre investigações que abordem a experiência de busca na plataforma.

A esse respeito, deparei-me com Gomes e Cedón (2015), que realizaram um estudo de caso cujo objeto foi o Portal de Periódicos da CAPES, visando avaliar a qualidade da interface e do sistema de busca e observar a experiência dos usuários durante os processos de interação, busca e recuperação de informações no site.

Os resultados que obtiveram, cabe dizer, apontaram 141 problemas relatados pelos participantes durante a avaliação das ferramentas “Buscar Assunto”, “Buscar Periódico” e “Buscar Base” que pudessem limitar ou impossibilitar os usuários de interagirem com o sistema de forma satisfatória, além de 65 recomendações de aperfeiçoamento para a plataforma (GOMES e CEDÓN, 2015).

Dentre as barreiras listadas, citam-se aqui aquelas experienciadas durante o processo de desenvolvimento da presente pesquisa, que foram: as dificuldades para avaliar a qualidade dos resultados e a não padronização dos resumos; a quantidade numerosa de documentos recuperados e com baixa relevância para a pesquisa; a não permissão da busca avançada para a construção de expressões de busca; como também, a perda de tempo na tentativa de encontrar um documento da lista de resultados.

Essas são dificuldades que perpassam os aspectos da interface, do conteúdo, do sistema de busca e do comportamento do usuário e que atravessaram de forma contundente a minha atuação enquanto pesquisadora.

No caso desse trabalho, se não tivesse sido estabelecida uma estratégia de busca de contraste, comparando os resultados a partir da inclusão do marcador étnico racial, haveria 1671 materiais a serem analisados. Seria, pois, necessário dispor de um longo período de tempo, que, convém dizer, custa muito caro nessa etapa da pesquisa devido aos recursos limitados.

Mas, em destaque, cabe refletir ainda que todo esse empenho teria sido indubitavelmente desperdiçado, ao considerarmos que, dentre todos os itens localizados utilizando os termos “saúde do homem”, “saúde do homem negro”, “masculinidades” e “masculinidades negras”, de forma conjunta, nenhum dos resultados apresentou relação com a temática do levantamento, uma vez que os materiais localizados na terceira etapa não constavam na primeira listagem.

5.2. Brechas no processo de busca no repositório da VídeoSaúde

Para utilizar as ferramentas de busca no acervo da VídeoSaúde, foi necessário acessar o site institucional por meio do BRAVS. Contamos com a possibilidade de combinação entre quatro campos distintos: o primeiro é o de “Título”, sendo ele o único em que é permitida a escrita; o segundo é o de “Gênero”, que, por meio de opções pré disponibilizadas pelo sistema, é possível selecionar apenas um formato de recurso audiovisual; o terceiro, por sua vez, intitulado “País de produção”, permite a seleção de apenas um local já previamente listado; o último, por fim, chama-se “Assunto” e se refere aos termos utilizados para encontrar os arquivos de forma temática e correspondente às palavras-chave disponibilizadas pelo acervo, sendo possível selecionar mais de um termo ao acionar o booleano “+”.

Figura 4 – Interface da plataforma interativa da BRAVS

Fonte: Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde (BRAVS)

Após o primeiro contato e o entendimento do funcionamento das ferramentas de busca no catálogo da BRAVS, a coleta de dados foi executada em três etapas: a primeira foi a análise dos termos de busca disponíveis no acervo e a seleção somente dos descritores que apresentassem relações primárias com questões afins à saúde masculina, com ênfase em homens negros.

O resultado correspondeu a 65 termos, sendo eles: *atenção à saúde; atenção psicossocial; campanha institucional; campanhas; câncer; cardiologia; cigarro; comunidades terapêuticas; comunidades tradicionais; covid-19; crack; deficiência; dependência química; descriminalização das drogas; desemprego; desigualdade; determinação social da saúde; diabetes; discriminação; discriminação racial; diversidade; doença falciforme; doença mental; doenças sexualmente transmissíveis; doenças cardiovasculares; doenças neurológicas; doenças respiratórias; drogas; equidade; etnia; fome; gênero; hanseníase; hipertensão arterial; homossexualidade; identidade; idoso; integralidade; juventude; moradores de rua; morte; negro; paternidade; periferia; pobreza; políticas de saúde; população de rua; população LGBT; população negra; preconceito racial; presídio; psiquiatria; raça; racismo; saúde de populações tradicionais; saúde coletiva; saúde do homem; saúde mental; saúde nas prisões; segurança; sistema prisional; tradições africanas; transgênero; tuberculose; vacinação; violência.*

A partir disso, a segunda etapa se deu com a utilização dos campos com a seguinte correspondência: “Gênero”: documentário, “País de produção”: Brasil e o assunto com os termos descritos acima com o acréscimo do booleano “+” entre cada um. Com isso, foram registrados 237 resultados.

Posteriormente, a terceira etapa contou com a busca utilizando a combinação: “Gênero”: documentário, “País de produção”: Brasil e o preenchimento do campo “Assunto” com cada um dos 65 termos de forma individual, visando compreender a forma com que os itens localizados estavam distribuídos entre os assuntos. Dessa forma, também foi possível verificar quais arquivos tratavam de questões sobre o gênero masculino e a população negra segundo os textos disponibilizados pela sinopse e nas palavras chaves indexadas.

Os achados do referido processo foram compilados e pormenorizados na Tabela 05. Dessa maneira, eles podem ser observados e analisados em suas especificidades.

Tabela 05 - Resultado da busca na BRAVS utilizando os assuntos de forma individual

Assunto	f	fr-%	Raça	Homem
SAÚDE				
atenção à saúde	6	2.5	0	0
atenção psicossocial	3	1.3	0	0
campanha institucional	0	0	0	0
campanhas	0	0	0	0
câncer	2	0.8	0	0
cardiologia	0	0	0	0
cigarro	0	0	0	0
comunidades terapêuticas	0	0	0	0
comunidades tradicionais	0	0	0	0
covid-19	38	16	0	0
crack	6	2.5	0	1
deficiência	1	0.4	0	0
dependência química	1	0.4	0	0
determinação social da saúde	32	13.5	0	1
diabetes	1	0.4	0	0
doença falciforme	0	0	0	0
doença mental	1	0.4	0	0
doenças cardiovasculares	0	0	0	0
doenças neurológicas	3	1.3	0	0
doenças respiratórias	0	0	0	0
doenças sexualmente transmissíveis	5	2.1	0	1
drogas	16	6.7	0	1
hanseníase	4	1.7	0	0
hipertensão arterial	1	0.4	0	1
integralidade	2	0.8	0	0
morte	1	0.4	0	0
políticas de saúde	19	8	0	0
psiquiatria	4	1.7	0	0
saúde de populações tradicionais	0	0	0	0
saúde coletiva	11	4.6	0	0
saúde do homem	1	0.4	0	1
saúde mental	28	11.8	0	0
saúde nas prisões	1	0.4	0	1
tuberculose	3	1.3	0	0
vacinação	3	1.3	0	0

SOCIOECONÔMICO				
desemprego	0	0	0	0
desigualdade	1	0.4	1	0
discriminação	2	0.8	0	0
discriminação racial	2	0.8	1	0
diversidade	0	0	0	0
equidade	0	0	0	0
etnia	1	0.4	1	0
fome	0	0	0	0
gênero	3	1.3	1	1
homossexualidade	0	0	0	0
identidade	1	0.4	0	0
idoso	3	1.3	0	0
juventude	8	3.4	0	0
moradores de rua	0	0	0	0
negro	0	0	0	0
paternidade	0	0	0	0
periferia	0	0	0	0
pobreza	0	0	0	0
população de rua	2	0.8	0	0
população LGBT	1	0.4	0	0
população negra	0	0	0	0
preconceito racial	0	0	0	0
presídio	1	0.4	0	0
raça	0	0	0	0
racismo	3	1.3	3	0
segurança	0	0	0	0
sistema prisional	0	0	0	0
tradições africanas	0	0	0	0
transgênero	1	0.4	0	0
violência	15	3.5	0	0
TOTAL				
Itens localizados	237	100	7	8
Assuntos utilizados	65	100		

Fonte: Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde (BRAVS)

Os resultados desse processo de busca apresentam que os dados dos arquivos localizados, que abordam a temática do gênero voltado para homens, representam 3,4% do total, já os itens que têm como objeto a raça constituem 2,9% do todo.

Esses achados demonstram o quanto esses assuntos são pouco discutidos dentro do eixo documental e nas produções brasileiras. Além disso, no interior dessas respostas pouco expressivas, existiam, ainda, lacunas que atravancaram a análise.

Para exemplificar, pensemos em um dos contratemplos ocorridos no processo de diferenciação dos documentários que abordavam a temática racial entre variados grupos. Visto que comumente o termo e a palavra-chave utilizados eram “racismo”, “racial” e “raça”, tornou-

se necessário produzir uma descrição mais detalhada a esse respeito. Na busca utilizando o termo “etnia”, por exemplo, foi localizado 1 item, que se tratava de um filme etnográfico abordando problemáticas do povo *Truká*, isto é, um grupo étnico indígena brasileiro.

Como demonstrado, a ausência de descritores mais específicos sobre aspectos étnico-raciais gerou um dado primário inexato, pois, ao descartarmos esse item que não corresponde aos critérios de inclusão da pesquisa, o resultado reduz, portanto, para 2,5%.

Posteriormente, foi realizado um teste com uma distinta combinação de palavras-chave. Para isso, foram considerados os 65 termos de busca encontrados, eles foram analisados e selecionados somente os descritores que apresentaram relações primárias com questões afins à saúde masculina com ênfase em homens negros. A partir disso, o resultado correspondeu a dois termos: “população negra” e “saúde do homem”.

Em seguida, foi utilizado o campo “Gênero” selecionando a opção “Documentário”, no campo “País de produção” foi selecionado o item “Brasil”, o “Assunto” com os termos descritos acima acrescido do booleano “+” entre cada um e, com isso, foi registrado somente 1 resultado.

O resultado explicita, como se vê, o esquecimento pelas ações de políticas de comunicação em saúde a que estão submetidos os sujeitos negros, questão que acredito estar relacionada à intersecção de raça e gênero, principalmente ao levar em consideração a grande ampliação do debate acerca da saúde e do local social das mulheres negras.

O mesmo pôde ser observado na busca do acervo que resultou em 23 materiais que variam em temáticas entre saúde materno infantil, prevenção do câncer de mama, uso de drogas, encarceramento, ascensão social e Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

A partir da leitura do título, da descrição disponível no acervo e dos termos de busca indexados ao item, tornou-se possível afirmar que o recurso não apresentava relação com o tema da pesquisa e potencial para ampliação da discussão.

Com isso, a necessidade de mudança na configuração do desenho da metodologia se tornou eminente à medida em que os processos metodológicos ocorreram, tornando as fragilidades das ferramentas de busca e de construção dos descritores cada vez mais evidentes.

Uma vez que essa Dissertação tem como proposição primária ir além dos apontamentos simplórios sobre a invisibilidade da discussão sobre saúde de homens negros, o objeto da discussão deixa de ser o documentário e passa a ser o processo de busca.

Essa decisão tem como base o fato de que as interpelações que surgiram durante a execução das buscas geraram importantes resultados, não só por evidenciar as ausências, mas também por exhibir as lacunas criadas a partir da construção de ferramentas que carregam consigo o caráter da ambiguidade. Já que, como se observou, são ineficazes para a visibilização

dos problemas enfrentados por homens negros brasileiros e proporcionalmente eficazes para a ações esquecimento e apagamento desses sujeitos.

5.3. Como a construção de ferramentas de busca contribui para a política de invisibilidade

A informação hoje na era digital pode ser acessada por diferentes meios, plataformas e lugares, tornando o conhecimento cada vez mais acessível a públicos diversos, principalmente para aqueles empenhados em contribuir academicamente com a visibilização de temáticas marginalizadas.

Ainda assim, é preciso levar em consideração como ocorre a produção da informação e de que maneira ela é disponibilizada àqueles que desejam consumi-la. Para isso, os bancos de dados, repositórios e catálogos são fundamentais no que tange ao armazenamento de conteúdo e, por conseguinte, as ferramentas de busca são cruciais para que esse conteúdo seja alcançado pelas massas.

No meio digital, por exemplo, conta-se com uma infinidade de plataformas, como o Google Acadêmico, que reúne desde artigos científicos à literatura cinzenta, a Scielo, um valioso indexador, o LILACS, o mais amplo índice de literatura científica latino-americano e caribenho, dentre outros.

Aqui, explorou-se o Catálogo de Teses de Dissertações da CAPES e o Portal de Periódicos da CAPES a fim de observar como cada um deles apresenta diferentes ferramentas para que o pesquisador possa localizar os itens que mais se adequam ao seu interesse. Essas divergências foram citadas no Capítulo 4, ao tempo em que foi justificada, também, o motivo pelo qual optei por realizar a ampliação dessa investigação no Portal de Periódicos da CAPES.

Todavia, ainda que o Portal possibilite uma busca mais abrangente por exibir lacunas preenchidas de forma dissertativa, é perceptível a inabilidade do algoritmo de discernir os significados das palavras utilizadas, gerando, desse modo, resultados inexatos e, por vezes, dúbios, apresentando, por consequência, itens localizados que tivessem qualquer uma das palavras utilizadas.

Já que a possibilidade de escrever as palavras-chave não garante a eficácia da busca, espera-se que a disposição de descritores previamente definidos pelo repositório apresente resultados mais precisos.

Em contrapartida, o acervo da VídeoSaúde é uma plataforma que apresenta aos usuários os filtros disponíveis e as palavras-chave pré-estabelecidas mas, dentre elas, não fornece

descritores individuais direcionados à temática do homem negro de modo que, ainda que se realize o manejo das combinações entre os assuntos, o resultado alcançado é nulo. Desta forma é possível pensar que a dificuldade no mapeamento dos materiais não está restrita a uma mera questão de layout ou opções de busca.

A nulidade aqui mostrou, portanto, que a invisibilidade não é produzida de forma simplória por mecanismos de busca que atuam por meio de múltipla escolha ou determinação prévia, independentemente de como essa busca é conduzida, foi mostrado que não há resultados consistentes sobre o assunto.

Tal fato não é fruto do acaso, trata-se, na verdade, de um sintoma da manutenção de um sistema que produz esquecimento sobre o corpo daqueles que não importam. Para relacionar esses achados à política de invisibilidade, é necessário alcançar o que já se tem publicado sobre a invisibilidade social como um fenômeno social.

A socióloga portuguesa Julia Tomás (2008) dedicou algumas de suas investigações à análise do processo de invisibilidade social segundo a perspectiva de Husserl (1950), buscando, desse jeito, entender como ela é um produto da intersubjetividade.

O desprezo social e o não-reconhecimento dão origem ao sentimento de invisibilidade. Na sociedade do espetáculo na qual nós vivemos, o invisível tende a significar o insignificante. Com efeito, múltiplos sentimentos estão ligados ao sentimento central de ser invisível para os outros: a vergonha, a paranoia, a impressão de insucesso pessoal, o isolamento, a clandestinidade. Em resumo, toda uma panóplia de emoções, sentidas por todos a um momento ou outro na vida quotidiana, une-se intimamente ao mundo amargo e silencioso da invisibilidade social. Podemos descobrir através este termo um mundo social que se constrói segundo os preconceitos visuais e os olhares imaginários (TOMÁS, 2008, p. 3).

A autora complementa sua ideia em outro escrito seu (2012) com base na fenomenologia e na hermenêutica, enfatizando a relação que há entre reconhecer que para alguém ou algo ser invisível depende da ação coletiva de não o enxergar deliberadamente.

Em suma, se considerarmos a ação social de “não ver outrem”, podemos afirmar que o motor desta relação é a intersubjetividade. O “não ver” aparece sob esta luz como uma prática coletiva, comum, quotidiana, mas no fundo a sua significação social conduz-nos a uma sedimentação de certas tipificações. Seguindo esta lógica, assumimos que o ato de “não ver” é uma atividade orientada significativamente. Se agir implica escolher, então o não-reconhecimento de outrem torna-se num ato intencional, sem porém querer dizer que é voluntário (TOMÁS, 2012, p. 3).

A proposição trazida por essa abordagem nos permite elaborar sobre como a ausência de discussões centradas naqueles que não detém um lugar de destaque social é executada de forma estratégica a fim de produzir a longo prazo o apagamento e, por conseguinte, o esquecimento

desses sujeitos. Esse é ponto em que me ancoro para tecer críticas as atuais políticas de comunicação em saúde.

Quando se fala sobre invisibilidade de forma majoritária, no senso comum, vemos um discurso que apresenta a invisibilização como um processo não intencional e que decorre de processos tidos como naturalizados, como o racismo, o sexismo e o classicismo, por exemplo, que criam desigualdades. Contudo, apoio-me na perspectiva moldada por Tomás (2012) para afirmar que a ação de não enxergar está imbricada à concepção de esquecer. A escolha por não visibilizar intencional e coletivamente implica em não reconhecer a importância. O que não é significativo socialmente é levado ao ostracismo.

Demandas são, sem culpa, esquecidas, certos corpos são considerados indignos para serem positivamente lembrados, certas dores e angústias não têm lugar no imaginário social, de modo que as especificidades de alguns grupos de indivíduos não são alcançadas pelas políticas públicas, pois não há dados que respaldam a necessidade de intervenção estatal para o asseguramento de direitos básicos, como o acesso a saúde para aqueles que mais morrem no Brasil.

Um trecho escrito por Souza (2021) em *Como o racismo criou o Brasil* discorre sobre essa questão atrelada aos impactos causados pelo racismo.

Como somos seres precários, transitórios e vulneráveis, necessitamos do reconhecimento social dos outros para podermos exercer nossas capacidades e faculdades mais básicas. Nesse sentido, o racismo é, antes de tudo, a negação do reconhecimento social em suas múltiplas formas. Ser reconhecido em nossas necessidades básicas e em nossos direitos também é o pressuposto para que possamos reconhecer as mesmas necessidades e os mesmos direitos nos outros. Portanto, o racismo em suas diversas formas impede não apenas o florescimento da vida individual das vítimas do racismo, mas também o desenvolvimento de qualquer vida coletiva que garanta efetivo respeito à autonomia e à liberdade recíprocas entre os indivíduos e grupos sociais que a compõem.

Sem compreender como se construiu a história das lutas sociais por reconhecimento, não compreenderemos o que é o racismo nem o que ele destrói nas pessoas (SOUZA, 2021, p 113).

Com o passar das décadas, tem-se uma larga e crescente amostra de dados que afirma, de todas as formas, que o corpo mais afetado pela chaga da violência urbana é o do homem negro; não há, desse modo, como se manter recluso em uma redoma de eufemismos e desinformação e seguir afirmando que esse é um problema de segurança quando, incontestavelmente, ele já se consolidou como uma grave questão de saúde pública.

Do mesmo modo, o uso da violência urbana refere-se aos enfáticos índices de morbimortalidade sem isentar a fundamentalidade do racismo nessa discussão. O racismo

estrutural é justamente o que alicerça o Estado e suas ações responsáveis pela continuidade do extermínio negro brasileiro.

A Necropolítica de Mbembe (2011) e principalmente a perspectiva de Genocídio Negro, de Nascimento (2016)¹⁴, dialogam diretamente com a questão central desta discussão ao apontarem a morte sistemática da população negra como um meio de assassinato em massa que, além de ser permitido e fomentado socialmente, tem por objetivo a manutenção do *status quo* por intermédio do Estado e calcado no poder da supremacia branca.

Tralci Filho e Santos (2017, p. 231) abordam a supremacia branca como “o sistema de produção, reprodução e perpetuação de hierarquias sociais baseadas na racialização de grupos humanos.” Complementam ainda com a perspectiva de Mills (2003), que interpreta a supremacia branca como um sistema de dominação política fundamentado pela branquitude, que surgiu no decorrer da expansão colonialista europeia e que foi estabelecida socialmente como um fenômeno global.

Em convergência, autores como Tella (2018), Frederickson (2004) e Schwarcz (1993), discorrem sobre como historicamente foi cunhado o imaginário do branco europeu como um grupo social acima dos demais grupos étnico-raciais, fomentando, assim, o processo de naturalização da aversão ao negro.

O consenso que há, então, entre os diferentes pesquisadores é o de que, ao longo dos séculos, a desumanização do povo negro ocorreu de forma consciente a fim de aniquilar quaisquer vestígios da existência da raça negra no globo, atacando seus fundamentos culturais, espirituais, linguísticos e quaisquer outros que pudessem impedir a tomada de consciência e o levante das massas em revelia às imposições geradas pela colonização. Dentre elas, cabe dizer, a consciência coletiva sobre o processo de genocídio que a população negra vem vivenciando de forma contínua e incessantemente, seja no âmbito da segurança e/ou da saúde pública.

Algo que teoricamente poderia ser visibilizado por meio da exposição de dados e dos indicadores que baseiam os determinantes sociais em saúde, mas que, no aspecto prático, não tem gerado implicações ou modificações políticas significativas ou suficientes para mobilizar a hierarquia social.

Além disso, é possível afirmar, a partir do cenário atual, que os determinantes sociais em saúde e sua relevância teórica não apresentam qualquer impacto construtivo quando se trata do

¹⁴ A obra *Genocídio do negro brasileiro* (1978), de Abdias do Nascimento, aborda as estratégias utilizadas para a “eliminação da raça negra” do Brasil, a partir do embranquecimento, elencando como principais meios o incentivo à política imigratória, mestiçagem, o apagamento cultural, a omissão de dados sociodemográficos e a desvalorização da vida.

resultado entre a intersecção entre raça e gênero. Não há recursos públicos destinados a saúde dos homens negros, não há fomento para produção de conhecimento científico sobre suas mazelas e menor ainda é o interesse social em saná-las.

Nessa pesquisa, quando falo do Portal de Periódicos da CAPES e da VideoSaúde, não posso deslocá-los de suas funções sociais e das instituições responsáveis por sua implementação. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma instituição estatal vinculada ao Ministério da Educação. A VideoSaúde, por sua vez, é uma iniciativa do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da FIOCRUZ, além de ser parte da iniciativa pública e intimamente relacionada ao MS.

Essas relações geram status e locais privilegiados na disputa de poder pela produção de conhecimento acadêmico e científico. O resultado dessas conexões pode influenciar a forma com que recursos são distribuídos, como certas temáticas são fomentadas na mesma medida em que outros assuntos são escanteados.

Decisões assim não podem ser encaradas de maneira ingênua, como se não houvesse atravessamentos políticos, sociais e epistemológicos. Escolher quais temas receberão destaques ou quais palavras-chave serão melhor descritas são ações estratégicas e que estão imersas em nossa realidade racista e patriarcal.

Para que esta reflexão seja palpável, trago um exemplo que está contido na obra *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*, escrita por Barata¹⁵ e publicada pelo selo da Editora FIOCRUZ.

O efeito das desigualdades étnicas sobre a saúde pode ser modificado pela inserção ocupacional, conforme demonstrado em investigação sobre tabagismo em diferentes grupos étnicos e ocupacionais na população norte-americana. Os pesquisadores verificaram que as maiores prevalências de tabagismo ocorreram em quatro grupos sociais: trabalhadores manuais ou do setor de serviços; brancos com escolaridade secundária ou inferior; trabalhadores agrícolas negros com escolaridade secundária ou inferior; indígenas e esquimós em todos os grupos exceto aqueles com formação universitária e em hispânicos trabalhando no setor de serviços (BARATA, 2009, p. 61).

A autora apresenta como uma possibilidade a inserção ocupacional, também descrita na literatura como inserção profissional, e que, segundo Oliveira (2012), é definida como um

¹⁵ Rita de Cássia Barradas Barata é professora, médica, mestre e doutora em medicina, com ampla experiência em Saúde Coletiva e Epidemiologia. A intelectual dedica sua trajetória acadêmica às investigações sobre como as desigualdades sociais atravessam as experiências coletivas no acesso à saúde, com ênfase nos dispositivos de saúde pública. A relevância de suas produções pode ser observada por meio de seus indicadores, em que, por exemplo, o Google Acadêmico, que reúne publicações científicas e literatura cinzenta, informa que a autora foi citada mais de 7.009 vezes. Já na Plataforma Lattes, que é o principal banco de dados sobre informações de pesquisadores brasileiros, a contagem está em 6.244 citações até a finalização da escrita desta Dissertação.

“processo individual e coletivo, histórico e socialmente inscrito. Individual porque diz respeito à experiência vivenciada por cada sujeito na esfera do trabalho, bem como suas escolhas profissionais e expectativas de carreira” (OLIVEIRA, p. 131, 2012)

A utilização de tal argumento remete a quatro premissas equivocadas presentes em diversas produções acadêmicas. A primeira delas é a aglutinação dos espectros raça e classe sugerindo que as mazelas enfrentadas por pessoas negras são decorrentes das condições econômicas, desconsiderando o potencial que os efeitos deletérios do racismo têm de atravessar qualquer camada da estrutura social.

A segunda premissa está relacionada as ideias liberais que atribuem a posição social e condição socioeconômica como algo conquistado de forma individual e por isso se revela banhada em falácia meritocrática, ao considerar como parte de um processo excepcional e unicamente dependente diretamente das decisões e aspirações de cada um para que possa ser concretizada.

A terceira está no alçamento em uma proposição estadunidense que, além de estar baseada em um contexto sócio-histórico diferente, desconsidera que a investigação leva em consideração somente uma única condição de saúde e que também opera em um sistema de saúde distinto.

Nesse sentido, a inexistência de um sistema de saúde calcado no acesso universal faz com que a população pertencente às classes mais baixas tenha maior dificuldade em acessar os serviços de saúde, mesmo aqueles de menor complexidade ou atenção básica.

Finalmente, a quarta refere-se à transferência de responsabilidade social, delegando às políticas econômicas e de trabalho funções que fazem parte do escopo das políticas de saúde. Com isso, não me refiro somente a criação de políticas públicas focais, mas principalmente à implementação de políticas em comunicação em saúde efetivas para a população racializada.

Ainda que Barata (2009) aponte a existência do racismo, ela ainda apresenta dificuldade ou pouco interesse em teorizar e refletir sobre as bases desse assunto ao tratá-lo como uma “discriminação estruturada” e dissociada aos conflitos de classe, afirmando que não há como garantir que os problemas étnicos de saúde estejam relacionados ao racismo, já que a pobreza assola outros grupos sociais. Com o auxílio das publicações atuais, podemos ampliar essa discussão a partir de perspectivas complementares.

Existindo em uma sociedade supremacista branca, o que vivenciamos sobre poder e ascensão social foi elaborado e discorrido de forma complexa por Bento (2002) ao materializar o pacto narcísico da branquitude e ele limita as possibilidades de pessoas negras transitarem por locais privilegiados pelo *status quo*.

Em paralelo, a concepção de Almeida (2019) sobre o racismo estrutural e como ele alicerça o pensamento e as condutas sociais, individuais e coletivas nos possibilita tecer críticas à falta de ações políticas que visam a resolução efetiva dos problemas raciais, tratando-os como tal.

Contudo, Souza (2021) nos apresenta de forma contundente uma crítica à obra de Almeida (2019), ao apontar a não nomeação das estruturas do racismo estrutural. O autor também discorre sobre como o conceito vem sendo disseminado ao longo dos anos e sendo apropriado de forma a minimizar as ações institucionais e individuais.

Quando utilizo, por exemplo, os dados dessa pesquisa para evocar as falhas das instituições ao construir plataformas e ferramentas de coleta de dados que dificultam os achados sobre a população masculina negra, posso escolher finalizar a discussão afirmando que, como problemática estrutural, não há como prosseguir para além dessa conclusão ou abordar as dimensões envolvidas que contribuem para manutenção das ausências.

Todavia, reafirmo minha escolha de me ancorar na compreensão de racismo estrutural durante o desenvolvimento da pesquisa e pretendo me valer da perspectiva de racismo multidimensional nas próximas investigações.

Partindo disso, torna-se possível elencar as principais camadas que vão ao encontro da hipótese aqui proposta: isto é, não foi possível observar, por intermédio dos acervos, o desejo da comunidade acadêmica em explorar as especificidades dos homens negros; não há, também, manifestação de interesse, por parte da saúde pública, em implementar ações referentes às políticas de comunicação em saúde a fim de melhorar os índices de morbimortalidade masculina negra.

Para refletir sobre as políticas de comunicação em saúde, precisamos, pois, elencar quais ações foram realizadas pelos setores de informação, comunicação e informação responsáveis do SUS e voltados para os campos da saúde pública e/ou saúde coletiva.

Quando tentamos lembrar as iniciativas voltadas para esse público, tendemos a pensar na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), publicada em 2008, uma vez que essa se refere diretamente à população masculina. No entanto, ao acessar o material publicado alguns problemas são facilmente observados.

A principal crítica que deve ser feita é a de que mesmo que seja de conhecimento público que os homens negros estão no topo do *ranking* dos óbitos nacionais, não há qualquer menção durante todo o documento sobre as relevantes divergências étnico-raciais.

Quando pensamos nas campanhas de saúde voltadas para a população masculina, a única endereçada de fato a esse público tem sido a iniciativa do Novembro Azul, iniciada pelo

Instituto Lado a Lado pela Vida, em 2011, para alertar sobre a importância do diagnóstico precoce para o bom prognóstico e ampliação dos índices de sobrevivência.

No cenário internacional, DeKa e outros (2020) tornaram público dados fundamentais para a compreensão da associação entre o câncer de próstata e os homens negros estadunidenses, comparando, para tanto, a eficácia da vigilância ativa em pacientes de baixo risco de diferentes grupos étnicos.

Nessa investigação, participaram 8.726 homens e os autores concluíram que, em 7 anos, a progressão da doença era 11% maior entre os afro-americanos quando comparados com homens brancos. Além disso, ressalta-se a informação de que homens negros têm maior sensibilidade androgênica, o que faz com que seus organismos fiquem mais sensíveis e suscetíveis à ação do hormônio testosterona favorecendo o aparecimento dessa forma de câncer (DEKA *et al.*, 2020).

Dados como esses, mesmo apresentando um grande potencial para ampliação das discussões sobre a saúde masculina negra, não são difundidos largamente para as massas e acabam sendo consumidos apenas por pesquisadores interessados pelo tema que, de forma geral, estão concentrados nos meios acadêmicos, espaços onde homens negros menos acessam, segundo as estatísticas sobre escolaridade.

Desse modo, o grupo mais sensível a esse problema vem sendo negligenciado pelas campanhas e demais formas de disseminação de informações em saúde que compõem as ações de promoção, prevenção e educação em saúde previstas nas políticas de comunicação relacionadas à saúde pública e coletiva.

Em 15 anos de implementação da PNAISH, não foram criadas outras formas de divulgação científica sobre a saúde masculina com a mesma relevância do Novembro Azul, ainda que haja diversas outras condições de saúde a serem exploradas.

As políticas de comunicação em saúde não apresentam equidade de gênero e raça, algo que se torna mais grave ao considerarmos as dificuldades no acesso aos serviços de saúde que a população negra apresenta. Esse fato fere, portanto, um dos princípios norteadores do SUS, que é o de equidade, em que se enfatiza que os sujeitos devem ser acolhidos segundo suas especificidades. Para isso ocorrer, porém, será necessário avançarmos no combate a uma extensa assimetria que persiste entre os gêneros, como apontam os estudos há 20 anos (GOMES, 2003; MARTINS *et al.*, 2021).

Faz parte das competências da direção nacional do SUS a vigilância epidemiológica, e com isso não somente a produção de dados, mas também a análise do que já se tem coletado

para que novas ações sejam planejadas e executadas a fim de reduzir os índices de morbimortalidade do público-alvo.

No momento atual, em que há o IBGE e o IPEA, instituições que fornecem dados estatísticos como mortalidade, acesso aos serviços de saúde e longevidade, por exemplo, faz-se necessária a existência de responsáveis pela coleta e, por consequência, pela divulgação ampla dos dados epidemiológicos que permitem a análise dos índices relacionadas à saúde masculina negra que se modifica ao longo dos anos. Somente desse modo será possível a criação de um arcabouço que sustente, de forma incisiva e concreta, a urgência da criação e a implementação de uma política pública focal para a atenção integral a saúde do homem negro de mesma relevância que a PNAISH e a PNSIPN.

A partir do momento em que conseguirmos reduzir as taxas de morbimortalidade de homens negros, avançaremos não só nos índices que concernem a esse grupo social, mas também nos índices nacionais e gerais, devido ao peso que esses sujeitos carregam ao serem os que mais morrem todos os anos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil carrega o título de maior população negra fora de África. Ainda assim, os negros residentes dessa terra são privados de direitos básicos e, mesmo em maior número, estão no topo dos piores índices relacionados ao desenvolvimento de um povo.

Não chegamos nesse cenário por acaso ou pela ocorrência de uma série de coincidências. Essas são, convém dizer, as consequências dos processos históricos que nos trouxeram até aqui por intermédio do tráfico negreiro para escravização que, após 135 anos do encerramento da escravatura legalizada, ainda nos faz colher as mazelas do que foi feito aos nossos antepassados.

Nosso país foi, então, erguido sob rios de sangue indígena e negro, não só pelo genocídio causado pelos colonizadores, mas pela exploração de mão de obra de homens e mulheres racializados.

Ao longo dos anos e a partir da pressão gerada pelos movimentos sociais, principalmente do MNU, foram instituídas políticas sociais como forma de reparação, dentre elas, uma política pública de saúde focal e ações afirmativas. Com isso, diversos pesquisadores passaram a investigar sobre os resultados da implementação dessas ações estatais.

De maneira geral, o consenso entre os autores é de que, mesmo que a criação dessas políticas seja algo positivo, ainda não há dados que demonstram como essas ações têm auxiliado na modificação dos índices negativos encabeçados pela população negra. Dentre alguns desses índices, os que estão mais alinhados aos objetivos dessa pesquisa são as taxas de morbimortalidade relacionadas à saúde dos homens negros e os resultados expressivos que demonstram o pouco interesse do Estado em avançar de forma positiva.

Essa falta de interesse pode ser também notada ao buscarmos por publicações científicas brasileiras que pautam as demandas enfrentadas pelos homens negros na atenção à saúde e que evidenciam uma grande lacuna na produção acadêmica. Verifica-se, pois, que a saúde física e mental desses indivíduos não é algo que tem sido explorado por pesquisadores e, com isso, a construção de políticas públicas que dão conta das especificidades desses fica comprometida pela ausência de dados.

A negligência social e coletiva demonstra como aos homens negros, atravessados por diferentes processos sociais, o fruto da intersecção entre raça, gênero e classe é o apagamento de suas subjetividades e a negação de sua condição de humanidade.

São questões que contribuem para a manutenção do processo de invisibilização social desse grupo, uma vez que, a partir da negligência e da escolha coletiva e consciente em não

enxergar esses “outros”, não são fomentadas iniciativas de pesquisa que revelam suas realidades.

Assim, evidenciam-se exemplos de como o racismo estrutural ocorre de forma prática ao tecer uma série de impedimentos para a visibilização, que vão desde ações individuais à tomada de decisões institucionais, e que incluem os principais produtores de conhecimento científico do país.

Desta forma, o cerne do problema não está centrado na população média que não possui letramento racial ou acesso à educação e informação, mas nos cientistas, pesquisadores, produtores e divulgadores científicos que reforçam a ideia de que, no Brasil, não há por que discutir e tratar das questões raciais, uma vez que esse não é visto como um problema que apresenta relevância social.

A ausência de publicações e ações voltadas à saúde de homens racializados demonstra de forma objetiva o quanto ainda vivemos imersos nos discursos da história única e do mito da democracia racial Freyreana. Esses problemas, apontados por estudiosos há décadas, ainda persistem não somente no imaginário social do senso comum, como também dentro das margens do meio científico e academicista.

Desse modo, ao pensar em adentrar a problemática da saúde, é imprescindível falar sobre o tema das masculinidades. Mesmo que o assunto esteja em uma curva crescente desde o ano de 1980, ele ainda é pouco abordado pelo meio acadêmico, principalmente pelos estudos de gênero, devido ao histórico de centralização dos estudos voltados às mulheres e de desvalorização das pesquisas com ênfase no público masculino.

Além disso, as ações para o afastamento de homens dos grupos de discussão sobre estudos de gênero geraram ao longo do tempo o afastamento desses sujeitos da construção de conhecimento sobre si mesmos.

Por consequência, a autoria dos escritos sobre masculinidades não provenientes de autorias femininas se concentrou em homens brancos burgueses, que acessaram a alta formação acadêmica, com embasamento em referenciais feministas e reprodução de discursos e discussões não racializadas.

Com isso, mesmo que seja possível observar a ampliação a passos curtos sobre a discussão das masculinidades, ainda há a predominância dos estudos focados na intitulada masculinidade hegemônica ou naqueles que universalizaram a vivência masculina a partir do viés europeu ou estadunidense caucasiano.

As masculinidades negras permanecem, desse modo, em um local social e histórico de subalternidade, sendo rememoradas como divergentes e raramente citadas em investigações que não estejam focadas em pautar de forma enfática a negritude ou o racismo.

Por estarem localizados à margem, os homens negros não são vistos pelos olhos do Estado e de suas estratégias políticas, como no caso das políticas de comunicação em saúde que são atravessadas pelo racismo, assim como qualquer outra estratégia envolta pela mesma estrutura pautada na supremacia branca.

Ainda que tenhamos no Brasil um Sistema Único de Saúde, o popular SUS, baseado na premissa de acesso universal, equidade na atenção e integralidade no cuidado, não avançaremos na proposição de políticas de comunicação eficazes enquanto esse cenário não for modificado em favor dos homens racializados

Ensejo com esse escrito, diante de tudo o que pude observar na construção das etapas aqui desenvolvidas, a abertura de muitos outros caminhos para os homens negros passarem, para que, juntos, possamos lutar por seus direitos, pelo fim de suas dores e o atendimento às suas demandas.

Somos muitos, milhares e milhões, do lado de cá do atlântico. Precisamos garantir, portanto, que aqueles que sustentam e constroem esse país a base da força e da exploração do trabalho braçal sejam vistos, ouvidos e acolhidos pelo nosso sistema público de saúde em sua totalidade.

A partir das reflexões geradas no decorrer da execução da pesquisa, pude compreender que é necessário adentrar e beber do profundo oceano de outras perspectivas para que seja possível o enriquecimento das discussões. Torna-se necessário ainda, pois, (re)conhecer a existência do racismo multidimensional, proposto por Jessé de Souza (2021), do racismo algorítmico de Tarcizio Silva (2020) e da forma social escravista de Muniz Sodré (2023).

Isto posto, compreendo que essa pesquisa precisa ser continuada ao longo da minha jornada acadêmica. Irei me dedicar, para tanto, a ampliá-la durante a produção da Tese de Doutorado, que me fornecerá tempo hábil para esmiuçar os detalhes e as conexões que coexistem nessa temática, considerando, sensível e atenciosamente, os campos da Saúde, Informação e Comunicação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. Feminismos Plurais. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANJOS, J.C.G. Etnia, raça e saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, S.; SANSONE, L. (Orgs.). Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 97-120.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jyv/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 10 Agosto 2022.

BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. **Editora Fiocruz**, 2009.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público". 2002, 169p. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.'

BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 16, p. 09-19, 1995. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9458>. Acesso em 01 de Março de 2023.

BONÁCIO, D. Representações da masculinidade em crise: legados pós-modernos. TASSO, I.; NAVARRO, P. (Orgs). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, p. 231-258, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: MS, 2007.

CARRENO BOLIVAR, R. "Es peligroso ser pobre, amigo": clase, masculinidades y literatura en las representaciones artísticas de santa maría de iquique. **Atenea (Concepc.)**, Concepción, n. 499, p. 109-120, 2009. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-04622009000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em 20 de Abril de 2022.

CHEHUEN, J. A. et al. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1909-1916, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.17212014>. Acesso em 30 de Abril 2022

COLOMBO, A. A.; BERBEL, N. A. N. A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. **Semina: ciências sociais e humanas**, v. 28, n. 2, p. 121-146, 2007. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3733>. Acesso em 01 de Março de 2023.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>. Acesso em 22 de abril de 2022.

CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em 01 de Maio de 2023.

CONRADO, M.; RIBEIRO, A. A. M. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, pp. 73-97, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p73>. Acesso em 25 de Abril de 2022.

COUTO, M. T. et al. O homem na atenção primária à saúde: discutindo (in)visibilidade a partir da perspectiva de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 33, p. 257-270, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000200003>. Acesso em 18 de Abril de 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 23 de Abril de 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em 24 de Julho de 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEKA, Rishi et al. Association between African American race and clinical outcomes in men treated for low-risk prostate cancer with active surveillance. **Jama**, v. 324, n. 17, p. 1747-1754, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7610194/>. Acesso em 01 de Março de 2023.

DE LAURETIS, T.; DA SILVA, G. B. V.; DE SOUZA, L. L. Gênero e teoria Queer. **albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 165-176, 2021.

DE LAURETIS, T. Queer theory: Lesbian and gay sexualities an introduction. **differences: a Journal of Feminist Cultural Studies** v. 3, n. 2, p. iii-xviii, 1991. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/differences/article-abstract/3/2/iii/298405/Queer-Theory-Lesbian-and-Gay-Sexualities-An?redirectedFrom=PDF>. Acesso em 24 de Julho de 2022.

DIEESE. A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho. **Boletim Especial 20 de novembro Dia da Consciência Negra**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/boletimPopulacaoNegra2022.html>. Acesso em 22 de Março de 2023.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

FREDERICKSON, G. M. **Racismo: uma breve história**. Porto: Campo das Letras. 2004.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 47–57, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dQVz7vKgGNJFVSLv5pY7rhR/?lang=pt#>. Acesso em 22 de Fevereiro de 2023.

GIUGLIANI, B. Vida que não merece viver: articulações sobre abandono escolar e masculinidades negras. **CS**, Cali, n. 31, p. 359-383, Ago. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-03242020000200359&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 de Abril de 2022.

GOMES, G. M. R.; CENDON, B. V.. Análise da interação, busca e recuperação da informação no portal de periódicos da CAPES. **ENANCIB-Informação, memória e patrimônio: do documento às redes**, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40524/2/2016_An%C3%A1lise%20da%20intera%C3%A7%C3%A3o%20busca%20e%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20no%20portal%20de%20peri%C3%B3dicos%20da%20capes.pdf. Acesso em 30 de Janeiro de 2023

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2019.

GOMES, R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 825-829, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/t6nWbpXxcWR9rxZL7bXMxxD/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01 de Março de 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, v. 61, p. 147-162, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/43682382/DEMOCRACIA_RACIAL_O_IDEAL_O_PACTO_E_O_MITO. Acesso em 01 de Maio de 2023.

GUIMARÃES, A.S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

HAMILTON, C.V.; TURE, K. **Black Power: Politics of Liberation in America**. Nova York: Random House, 1967. E-book.

HOOKS, B. **Yearning: Race, gender, and cultural politics**. Boston: **South End Press**, 1990.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**. N.41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 07 Jun. 2021.

IPEA. **Atlas da Violência 2017**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em 22 de Jun. de 2021.

_____. **Atlas da Violência 2020**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em 22 de Set. de 2020.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**. 1998, v. 4, n. 9 , pp. 103-117. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso em 22 de Abril de 2022.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. CLACSO, Buenos Aires. 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624092356/4_Lander.pdf. Acesso em 12 de Abril de 2021.

LEITE, F. M. C. et al. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/jMJhN76v8Pgw4nwZP6Djkzh/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 de Maio de 2021.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 121-134, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 de Janeiro de 2023.

MARTINS, E. R. C. et al. Promoção à saúde do homem e os meios de comunicação como ferramenta na perspectiva do autocuidado. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , v. 10, n. 6, pág. e0410615421-e0410615421, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15421>. Acesso em 01 de Março de 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n. 1 edições, 2018. 80 p.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Buenos Aires. 2005 Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2021.

MILLS, C. W. White supremacy as sociopolitical system: A philosophical perspective. In: DOANE, A.W.; BONILLA-SILVA, E. (Ed.). *White out: The continuing significance of racism*. Psychology Press, 2003.

MINAYO, M. C. S.; MENEGHEL, S. N.; CAVALCANTE, F. G. Suicídio de homens idosos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2665-2674, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000016>. Acesso em 18 de Abril de 2022.

MOMBELLI, N. F.; TOMAIM, C. S. Análise fílmica de documentários: apontamentos metodológicos. *Lumina*, [S. l.], v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21098>. Acesso em 2 de Maio de 2022.

MOZER, I. T.; CORRÊA, A. C. P. Implementação da Política Nacional de Saúde do Homem: o caso de uma capital Brasileira. *Escola Anna Nery*, v. 18, n. 4, p. 578-585, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140082>>. Acesso em 24 de Maio de 2022.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 3d, 2016.

NASCIMENTO NETO, E. S. **Malcolm X: tradução dos discursos, debates e entrevistas em conexão com África e sua diáspora no atlântico negro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2019.

NOGUERA, R. Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas. In: **Lunetas**, 2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em 15 de Maio de 2021.

O DIA. Professor da UFRJ denuncia discriminação de cunho racista na universidade. 26, Agosto de 2021. O Dia: Rio de Janeiro. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/08/6221763-professor-da-ufrj-denuncia-discriminacao-de-cunho-racista-na-universidade.html>. Acesso em 25 de Abril de 2022

OLIVEIRA, J. S. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. **Organizações & Sociedade**, v. 25, p. 511-531, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/jRKzhfLkJ5jsGrz4QRZpVjn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 30 de Maio de 2022.

OLIVEIRA, S. R. Inserção profissional: perspectivas teóricas e agenda de pesquisa. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 6, n. 1, p. 124-135, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441742844009.pdf>. Acesso em 01 de Março de 2023.

PENAFRIA, M. Análise de filmes - conceitos e metodologia(s). In: VI Congresso SOPCOM, Lisboa, 2009. Livro de abstracts. Lisboa, SOPCOM, 2009.

PITTA, Á. M. R.; MAGAJEWSKI, F. R. L.. Políticas nacionais de comunicação em tempos de convergência tecnológica: uma aproximação ao caso da Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 4, p. 61-70, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fX4dWX6hsK97xJmX4hg5K4h/abstract/?lang=pt>. 25 de Maio de 2021.

PÔRTO, Â. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 13, n. 4, p. 1019-1027, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702006000400013>. Acesso em 26 de Abril de 2022.

RABELO, T. S. et al. A Análise Fílmica como Metodologia de Comunicação: Uma Reflexão a Partir do Pensamento Complexo. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2019, **Intercom**, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2019/resumos/R66-0211-1.pdf>. Acesso em 01 de Maio de 2022.

RIVERA, J. The politics of invisibility. **Geo. J. on Fighting Poverty**, v. 3, p. 61, 1995. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1294501 . Acesso em 23 de Maio de 2022.

SANTIAGO, F. P. et al. Perfil de homens na Atenção Primária à Saúde. **HOLOS**, [S. l.], v. 5, p. 430–439, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3214>. Acesso em 22 de Maio. 2022.

SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; COUTO, M. T. Homens e saúde na pauta da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Tdb9VxVyHcTjZ6PskNpBntL/>. Acesso em 02 Abril 2022.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, p. 99-133, 1993.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (SMSP). **Pesquisa Amostral da População em Situação de Rua**. Assistência e Desenvolvimento Social. 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/viewr=eyJrIjoiZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtdNDZIYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso 07 Out. 2020.

SILVA, N. G. et al. O quesito raça/cor nos estudos de caracterização de usuários de Centro de Atenção Psicossocial. I Seminário Internacional sobre avaliação da qualidade da atenção em saúde de populações vulneráveis: pessoas com transtorno mental, usuário de álcool e outras drogas e população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 100-114, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017164968>. Acesso em 01 de Maio de 2022.

SILVA, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 118-131, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 22 de Abril de 2022.

_____. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 8-15, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-9893200000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 de Abril de 2022.

SOUZA, J. Como o racismo criou o Brasil. Sextante, 2021.
STEVANIM, L. F.; MURTINHO, R. **Direito à comunicação e saúde**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2021.

STELLA, M. A. P. Paradoxos das relações étnico-raciais no Brasil: a tese da supremacia branca. In: Garcia, R. M; Silva, M. P da. (Org.). **EJA, diversidade e inclusão: reflexões impertinentes**. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018, v. 1, p. 151-164.

STHÜRLER, D. “Sabedoria é desaprender”: notas para a construção de uma política cultural das margens. In: SILVA, G.; PUGA, L.; RIOS, O. (org.). **Alfabetização, política, relações de poder e cidadania: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 11-23.

STHÜRLER, D.; MEDRADO, B. Masculinidades contemporâneas em disputa // Contemporary masculinities in dispute. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 13, p. 01–08, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/38036>. Acesso em 7 de Agosto de 2022.

TOMÁS, J. C. S. P. A invisibilidade social, uma construção teórica. **Colóquio “Crise das Socializações”**. Braga, p. 1-12, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/JuliaTomas/publication/228333133_A_invisibilidade_social_uma_construcao_teorica/links/0fcfd4ff9604f657c0000000/A-invisibilidade-social-uma-construcao-teorica.pdf. Acesso em 30 Janeiro de 2023.

_____. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. **VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais saberes e práticas, Portugal**. 2008. Disponível em: <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/285.pdf>. Acesso em 30 Janeiro de 2023.

TRALCI FILHO, M. A.; SANTOS, A. de O. dos. O discurso da supremacia branca e o esporte: um estudo a partir de textos e comentários na internet. *Movimento*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 229–248, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/64497>. Acesso em: 28 Abril 2023.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. Ensaio sobre a análise fílmica. Tradução: Marina Appenzeller. 2ª ed. Campinas: **Papirus**, 2002.

VEJA. Racismo e erro judicial: o real e a ficção da série ‘Olhos que Condenam’. 12, Junho de 2020. **Veja: Cultura**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/e-tudo-historia/racismo-e-erro-judicial-o-real-e-a-ficcao-da-serie-olhos-que-condenam/>. Acesso em 23 de Abril de 2022.

VIVEROS VIGOYA, M. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018

VIVEROS VIGOYA, M. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. **Revista latinoamericana de estudios de familia**, v. 1, p. 63-81, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv253f4t7.22.pdf>. Acesso em 7 de Agosto de 2022.